

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - ILA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ARIADNE DA CRUZ SOARES

**O IMPACTO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS NA PRÁXIS DOCENTE DE
PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**

**Rio Grande
2025**

ARIADNE DA CRUZ SOARES

**O IMPACTO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS NA PRÁXIS DOCENTE DE
PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Adail Ubirajara Sobral

Rio Grande/RS
2025

Ficha Catalográfica

S676i Soares, Ariadne da Cruz.
 O impacto dos contratos temporários na *práxis* docente de
 professores no município de Rio Grande / Ariadne da Cruz Soares. –
 2025.
 110 f.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
 FURG, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande/RS,
 2025.
 Orientador: Dr. Adail Ubirajara Sobral.

 1.Professor Temporário 2. Identidade Docente 3. Legislação
 Escolar I. Sobral, Adail Ubirajara II. Título.

CDU 37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO nº 02/2025

No dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, através de videoconferência, realizou-se a 282ª defesa de dissertação no PPGL-FURG, da mestranda **Ariadne da Cruz Soares**, intitulada “**O IMPACTO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS NA PRÁXIS DOCENTE DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**”. A sessão foi aberta às catorze horas pelo Prof. Dr. Adail Ubirajara Sobral (FURG), orientador da dissertação e presidente da Comissão de Avaliação que também foi composta pela Profa. Dra. Elaine Nogueira da Silva (FURG) e Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn (UFPR). Depois da apresentação, arguição e respostas, a Comissão decidiu que **APROVA** a mestranda neste requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de concentração em Estudos da Linguagem. Após, o presidente publicou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que será assinada digitalmente por todos os membros da Comissão Avaliadora.

Documento assinado digitalmente



ADAIL UBIRAJARA SOBRAL
Data: 02/04/2025 22:24:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adail Ubirajara Sobral (orientador - FURG)

Documento assinado digitalmente



ELAINE NOGUEIRA DA SILVA
Data: 22/04/2025 08:58:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elaine Nogueira da Silva (FURG)

Documento assinado digitalmente



GERALDO BALDUINO HORN
Data: 07/04/2025 19:40:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn (UFPR)

“Milagres acontecem quando a gente vai à
luta”.
(Transição - O Teatro Mágico)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim mesma pela autenticidade por todo o caminho percorrido e, principalmente, por nunca desistir do grande sonho.

Agradeço imensamente ao meu marido, Leandro Carvalho por sempre acreditar em mim e pelo seu grande apoio e incentivo.

Agradeço a minha família, minha mãe Rosângela, meu pai Antônio Fabio por terem me feito incorporar para além do nome o "fio de Ariadne" com coragem para enfrentar os labirintos da vida.

Agradeço aos meus filhos, por eles e para eles desejo ser uma mulher realizada em todos os setores da minha vida. Amo vocês!

Agradeço ao meu orientador Prof. Adail Sobral pelo conhecimento e por tudo o que me foi proporcionado durante o mestrado, sua orientação e conhecimento foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço também a uma pessoa muito importante nessa jornada, Marisa Cleff obrigada pela parceria, por sempre acreditar em mim e pela grande ajuda na luta da preservação da saúde mental.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, esses professores que escutaram minhas angústias no período do mestrado.

Agradeço aos meus alunos, a reflexão crítica sobre os problemas vivenciados na escola pública foram subsídios para essa pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a situação dos professores em regime de contrato temporário no município de Rio Grande–RS, abordando as implicações dessa modalidade de contratação na identidade e nas condições de trabalho dos docentes. A pesquisa considera as transformações contemporâneas na profissão docente em termos das implicações sociais, políticas e econômicas que atravessam a atuação desses profissionais. O trabalho envolve revisitar aspectos referentes ao ofício do professor, construído socialmente, mediante estudos fundamentados especialmente nas teorias do Círculo de Bakhtin sobre sujeito, alteridade e ato responsável. A pesquisa é caracterizada como qualiquantitativa, e possui um caráter exploratório e descritivo. O referencial teórico recorre a autores e estudos que oferecem contribuições para a análise crítica do trabalho docente e das condutas que envolvem o regime de contratos temporários. Entre os principais autores utilizados destacam-se Mikhail Bakhtin(1988); Valentin Volóchinov(2021); José C.Libâneo(2005); Silke Weber(2004); André P. Castanha(2013); Pollyanne Ribeiro, Adail Sobral; João G. Neto(2016) e Selma G.Pimenta(2005).Dentro desse quadro de referência, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a precarização do trabalho docente a partir do impacto direto do regime de contratos temporários. Busca-se compreender como essas condições afetam sua identidade profissional, sua prática pedagógica e o cotidiano dos professores. Ao recorrermos aos conceitos bakhtinianos, buscamos ressaltar a importância de atentar para as diversas vozes presentes nos discursos, evidenciando assim as especificidades do fenômeno educativo em diferentes contextos históricos. Pensar em profissionalização envolve definir um conjunto de critérios e associações socio-históricas atreladas à construção do imaginário coletivo a ela relacionado. A pesquisa analisou a legislação que regulamenta os contratos temporários, investigando suas implicações jurídicas e ideológicas no exercício da docência. O estudo identifica na discussão sobre os resultados, os aspectos negativos da predisposição do Estado em tornar o regime de contratação temporária uma opção recorrente na administração pública. A análise realizada aponta com clareza os aspectos negativos dos contratos temporários, como a alta rotatividade docente, os processos seletivos suspensos e as condições de trabalho dos professores.

Palavras-chave: Professor Temporário, Identidade Docente, Legislação Escolar

ABSTRACT

This research focuses on the situation of teachers on temporary contracts in the municipality of Rio Grande-RS, looking at the implications of this type of contract for their identity and working conditions. The research considers contemporary transformations in the teaching profession in terms of the social, political and economic implications that affect the work of these professionals. The work involves revisiting aspects of the teacher's profession, which is socially constructed, through studies based especially on the theories of Bakhtin's Circle on the subject, alterity and the responsible act. The research is characterized as qualitative-quantitative, exploratory and descriptive. The theoretical framework draws on authors and studies that offer contributions to the critical analysis of teaching work and the conduct involved in temporary contracts. The main authors used include Mikhail Bakhtin(1988); Valentin Volóchinov(2021); José C.Libâneo(2005); Silke Weber(2004); André P. Castanha(2013); Pollyanne Ribeiro, Adail Sobral; João G. Neto(2016) and Selma G.Pimenta(2005). Within this frame of reference, the general objective of this research is to analyze the precariousness of teaching work based on the direct impact of temporary contracts. It seeks to understand how these conditions affect professional identity, pedagogical practice and teachers' daily lives. By using Bakhtinian concepts, we seek to emphasize the importance of paying attention to the different voices present in the discourses, thus highlighting the specificities of the educational phenomenon in different historical contexts. Reflecting on professionalization involves defining a set of socio-historical criteria and associations linked to the construction of the related collective imagination. The research analyzed the legislation that regulates temporary contracts, investigating its legal and ideological implications for teaching. In its discussion of the results, the study identifies the negative aspects of the state's predisposition to make temporary contracts a recurring option in public administration. The analysis clearly points out the negative aspects of temporary contracts, such as high teacher turnover, suspended selection processes and teachers' working conditions.

Keywords: Temporary teacher, Teacher identity, School legislation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de docentes da rede estadual no Brasil, por tipo de contratação (em milhares) - 2013 a 2023	32
Figura 2 – Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Pré – escolas no Brasil - 2019	42
Figura 3 – Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental no Brasil - 2020	42
Figura 4 – Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio no Brasil - 2020	42
Figura 5 – Números da Educação superior no Brasil 2019	46
Figura 6 – Percentual de matrículas e ingressos no Ensino Superior em cursos voltados à docência, por modalidade Brasil -2010-2019	47
Figura 7 – Matrículas no Ensino Superior em cursos voltados à docência, por modalidade, nas Redes Privadas e Públicas (em milhares) Brasil – 2010 - 2019	47
Figura 8 - Dados referentes ao período de 1972/1998 do ensino superior	54
Figura 9 - Dados do edital em referente aos títulos	59
Figura 10 - Dados do edital em referente aos títulos e retribuições	60
Figura 11 Trilhas formativas	61
Figura 12 – Outros cursos – trilhas formativas	61
Figura 13 – Pesquisa realizada Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela da pontuação referente a classificação dos candidatos no Edital n.º 12/2023- Cadastro Temporário de Contratação Emergencial.	40
Tabela 2 - Censo da Educação Superior 2022	56
Tabela 3 – Perfil dos participantes	68

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 – Vínculo profissional dos participantes	69
Gráfico 2 – Ano de conclusão da graduação dos participantes	70
Gráfico 3 – Relação dos participantes com o espaço escolar em que atuam	71
Gráfico 4 – Realização profissional dos participantes	72

LISTA DE SIGLAS

ADD - Análise Dialógica do Discurso

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF- Constituição Federal

CNU- Concurso Nacional Unificado

CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CPERS- Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

EAD- Educação a Distância

IAS - Inteligências Artificiais

IES - Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPPs- Parcerias Público-Privadas

SEDUC-RS- Secretaria da Educação do Rio Grande do sul

TDICs - Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A IDENTIDADE DO SUJEITO PROFESSOR	22
2.1 Representações do ofício docente	276
2.2 Ressignificando E Reorganizando A Práxis Docente	31
3 LEGISLAÇÃO ESCOLAR: PROFESSORES EM REGIME DE CONTRATO TEMPORÁRIO	35
3.1 Condições de trabalho	38
3.2 Análise do Edital n.º 12/2023 - Cadastro Temporário de Contratação Emergencial Professores	41
4 A DESVALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE NO RS	50
4.1 Enunciados mercadológicos na educação: ensino superior como nicho de mercado	55
4.2 Um panorama dos discursos do campo educacional	60
5 Contratos temporários da Seduc- RS no município de Rio Grande	68
5.1 O Silenciamento dos professores contratados: implicações para a educação	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE	98

1 INTRODUÇÃO

Propõe-se, neste estudo, analisar o sujeito docente inserido no contexto do magistério estadual no município de Rio Grande–RS. A abordagem concentra-se nos professores que atuam sob o regime de contratos temporários, enfrentando desafios relacionados à precarização do trabalho em um cenário marcado por políticas de viés neoliberal. Tal contexto tem resultado em insegurança, instabilidade, desvalorização, cerceamento de direitos e sobrecarga de trabalho.

Pretende-se, portanto, investigar o impacto desse regime de contratação na prática pedagógica e nas condições de trabalho desses professores, tomando como base os resultados de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, realizada especificamente no município de Rio Grande–RS. Este recorte busca evidenciar as especificidades do contexto local, ao mesmo tempo, em que dialoga com as transformações contemporâneas que afetam a profissão docente em âmbito mais amplo.

O presente trabalho constitui um convite à reflexão sobre as incertezas vivenciadas no universo estudado diante das transformações da profissão docente na contemporaneidade. Resta, assim, a pergunta incansável: “E agora, José?” (Drumond, 1942). Agora, que “a festa acabou”, “a luz apagou”, “o povo sumiu”, o que resta? O que fazer?. Como enfrentar este momento de instabilidade, no contexto específico do regime de contratação temporária, que se consolidou como prática recorrente no cenário educacional do estado do Rio Grande do Sul?

É importante salientar que, a partir de 2021, foram realizados mais de quatro mil contratos temporários para professores de Língua Portuguesa e Matemática pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS)¹, com o objetivo de suprir a demanda gerada pelo aumento da carga horária dessas disciplinas. As contratações abrangeram tanto professores já atuantes quanto estudantes de graduação até o sexto semestre, o que evidencia a relevância desta

¹ Estudo publicado em abril de 2024 pela organização da sociedade civil Todos Pela Educação, com o objetivo de apresentar o cenário de professores temporários nas redes estaduais do Brasil. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf>

pesquisa para refletir sobre a atuação dos docentes ingressantes na rede estadual em nosso município. Esta pesquisa insere-se no contexto das transformações contemporâneas da profissão docente, marcadas pela crescente precarização do trabalho no âmbito educacional brasileiro.

O município de Rio Grande-RS, objeto desta investigação, apresenta um cenário significativo para análise, visto que, de acordo com os dados disponíveis no Painel de Informações de Pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado, o magistério estadual é composto por 40 mil professores com vínculo efetivo e 20 mil professores contratados temporariamente². No âmbito da 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que inclui o município de Rio Grande, estão cadastrados 30 estabelecimentos de ensino sob gestão estadual. Tal cenário reflete um modelo de gestão educacional alinhado às dinâmicas neoliberais, que enfatizam a flexibilidade contratual em detrimento de garantias trabalhistas e condições de trabalho adequadas.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à educação foi reafirmado como um dever do Estado e da família. No entanto, a crescente implementação de políticas neoliberais trouxe desafios significativos à valorização dos profissionais da educação. A flexibilização nas contratações e a diminuição de concursos públicos têm consolidado o regime de contratos temporários como prática recorrente, impactando diretamente as condições de trabalho e a formação profissional dos docentes, especialmente nas redes estaduais de ensino.

Nesse sentido, a presente proposta de trabalho busca avançar, inclusive, em relação à base teórica, considerando que os estudos em Análise Dialógica do Discurso podem oferecer contribuições significativas para os questionamentos que surgiram a partir da prática docente. Esses questionamentos são apresentados de forma ampliada nesta proposta de Projeto de Pesquisa em Estudos da Linguagem.

Para a ADD, a língua tem significação, que é o significado das palavras e expressões no sistema da língua, enquanto o discurso cria sentido, ou seja, faz as palavras e expressões da língua irem além dos significados registrados no dicionário e dizer coisas que somente o contexto mostra (o contexto sempre envolve um dado lugar e um dado momento, assim como um locutor se dirigindo a ao menos um interlocutor) (Sobra, Giacomelli, 2016, p. 1078).

² Dados de outubro de 2019, obtidos pelo Portal de Gestão de Pessoas Qlik Sense do Sistema de Recursos Humanos do RS.

Portanto, foram analisados os signos linguísticos relacionados à profissão: mestre, professor, docente e tutor, e como esses moldaram a identidade da categoria em diferentes contextos históricos. O imaginário coletivo abarca desde princípios morais e uma vocação sacrificante até a desvalorização na atualidade. Segundo Sobral e Giacomelli (2016, p. 1078), para a ADD, “a língua tem significação[...], enquanto o discurso cria sentido, ou seja, faz as palavras e expressões da língua irem além dos significados registrados no dicionário e dizer coisas que somente o contexto mostra”.

Na análise do ensino superior no Brasil, foram investigadas expressões frequentemente utilizadas por grupos de extrema-direita, como "balbúrdia", "comunistas" e "baderneiros", atribuídas a estudantes e docentes universitários, reforçando uma retórica que busca desvalorizar o trabalho acadêmico. Conforme os autores, na análise dialógica do discurso, os “enunciados concretos, reais, ditos por alguém em algum momento e lugar a alguém com uma dada intencionalidade, carregados de valor, de valoração”.

A relevância deste estudo também está associada à necessidade de compreender como os professores em regime temporário vivenciam as implicações sociais, políticas e econômicas de sua atuação. Nesse contexto, a teoria dialógica da linguagem oferece ferramentas para investigar as relações entre a identidade docente e as práticas pedagógicas em um cenário de instabilidade. A análise da relação entre a identidade docente e as condições de trabalho oferecidas pelo regime temporário é fundamental para compreender as transformações contemporâneas da profissão. Ao serem constantemente submetidos à rotatividade, à ausência de estabilidade e à sobrecarga de trabalho, os professores enfrentam desafios para construir práticas pedagógicas críticas e reflexivas, um aspecto central para a qualidade da educação.

A análise será fundamentada em uma metodologia qualiquantitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o uso de questionários e análises de textos legislativos, visando articular os aspectos teóricos e empíricos de forma integrada. A escolha metodológica visa não apenas levantar dados estatísticos, mas também captar as nuances subjetivas que permeiam a experiência docente nesse regime de contratação, promovendo uma análise dialógica fundamentada nos princípios do Círculo de Bakhtin.

A inquietude pela temática tem origem na experiência da pesquisadora enquanto professora em regime de contrato temporário no município de Rio Grande. Posteriormente, esta pesquisa emergiu e consolidou-se a partir das reflexões desenvolvidas no âmbito do curso de Mestrado em Letras no PPGL/FURG.

No sétimo semestre da graduação em Letras – Português na FURG, recebi um e-mail da Seduc-RS para contratação temporária nos anos finais do ensino fundamental, em duas escolas no município de Rio Grande. Foi um momento de extrema alegria, afinal, antes mesmo de concluir a graduação, eu já estaria atuando na minha área de formação. Essa euforia não foi vivenciada somente por mim; a maioria dos professores, ao serem chamados para contratos temporários, compartilha do mesmo sentimento. Entretanto, somente após estar inserida no ambiente escolar, somos confrontados com as inúmeras diferenças entre professores contratados e nomeados. Fiquei vinculada por dois anos à mesma escola, localizada no bairro onde resido, afastado do centro da cidade. Criei um vínculo afetivo com colegas e alunos e desenvolvi um projeto de leitura. Contudo, subitamente recebi a notícia: "Há uma professora nomeada para a sua vaga".

Assim, encerrou-se esse ciclo. Foi um momento doloroso, que atualmente considero habitual. Após esse episódio, enfrentei situações como ser alocada em uma nova escola no mês de novembro, lidar com a instabilidade recorrente no início de cada ano letivo e observar o alvoroço entre os contratados para manterem suas horas de trabalho e vínculos escolares. As oportunidades oferecidas em projetos realizados pela Seduc-RS, muitas vezes, priorizam os efetivos, o que gera um sentimento de desolação entre os contratados. Presenciei inúmeras vezes colegas enfrentando a angústia de deixar espaços nos quais haviam solidamente construído práticas e vivências pedagógicas. Nesse contexto, durante o mestrado em Estudos da Linguagem, senti a necessidade de realizar uma análise dialógica alteritária sobre os efeitos desse regime contratual, na prática dos docentes, com o intuito de denunciar escolhas políticas que degradam a profissão dos profissionais da educação.

O José de Drummond representa um sujeito coletivo, que carrega consigo angústias e questionamentos atemporais: você marcha, José! /José, para onde?(Drummond, 1942). Ao estar inserida no objeto da pesquisa, a pesquisadora vivência diretamente as implicações abordadas neste texto, como a troca ininterrupta de escolas e disciplinas, as incertezas quanto à permanência no cargo e, o cerceamento de direitos. Essa marcha contínua remete a um comportamento

repetitivo, marcado pela exaustão inerente à profissão docente, e à necessidade incessante de cumprir suas obrigações, mas também questiona o cenário atual. E precisa atentar para onde?. As dificuldades enfrentadas diariamente, aliadas as concepções de sujeito fundamentadas nos pressupostos do Círculo de Bakhtin, resultaram na elaboração dessa dissertação.

A pesquisa busca verificar as transformações contemporâneas na profissão docente, considerando as implicações sociais, políticas e econômicas que atravessam a atuação desses profissionais. O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em autores e estudos que oferecem contribuições para a análise crítica do trabalho docente e das condutas que envolvem o regime de contratos temporários. Entre os principais autores utilizados destacam-se Mikhail Bakhtin (1988); Valentin Volóchinov (2021); José C. Libâneo (2005); Silke Weber (2004); André P. Castanha (2013); Pollyanne Ribeiro, Adail Sobral (2021); João G. Neto (2016); e Selma G. Pimenta (2005). Dentro desse quadro de referência, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o impacto direto do regime de contratos temporários na profissão docente.

Busca-se compreender como essas condições afetam sua identidade profissional, sua prática pedagógica e o cotidiano dos professores. Os objetivos da pesquisa, que incluem a análise do impacto do regime de contratos temporários e a reflexão sobre a identidade docente, são abordados a partir da perspectiva bakhtiniana, que permite compreender o sujeito docente em sua interação com o contexto social e histórico. Essa abordagem possibilita uma análise crítica das práticas educacionais e das políticas públicas que moldam o cotidiano dos profissionais da educação.

A identidade docente, nesse contexto, emerge como um espaço de constante negociação, influenciada por fatores estruturais, sociais e ideológicos que perpassam o ambiente escolar e suas relações de poder. Este estudo busca examinar a legislação que regulamenta os contratos temporários, investigando suas implicações jurídicas e ideológicas no exercício da docência. A legislação, enquanto instrumento normativo, reflete as tensões entre os interesses econômicos e sociais, revelando os desafios enfrentados pelos profissionais da educação no que se refere à garantia de direitos e à valorização de sua atuação.

Além disso, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre a influência das políticas neoliberais no campo educacional, especialmente no que tange às relações entre Estado, mercado e educação. O discurso neoliberal, ao enfatizar a eficiência, a

competitividade e a redução de custos, tem moldado as políticas públicas educacionais, afetando diretamente a profissionalização docente e as condições de trabalho oferecidas aos educadores. Por fim, outro aspecto fundamental desta investigação é a análise dos processos de formação docente. A formação continuada, essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas e críticas, frequentemente se vê comprometida pela sobrecarga de trabalho, pela falta de recursos e pelo limitado tempo disponível para aperfeiçoamento profissional.

Diante de tal problemática, apresentaram-se como objetivos específicos:

Compreender como a identidade docente dos professores participantes da pesquisa é construída e transformada em um cenário de instabilidade e insegurança, considerando as interações sociais e as especificidades docentes contemporâneas.

Investigar a legislação e suas implicações, examinar os textos legislativos que regulamentam o trabalho docente, buscando entender as questões jurídicas e ideológicas que permeiam o regime de contrato temporário e suas consequências para a educação.

Obter e examinar dados da Formação Docente, analisar os processos formativos dos professores, destacando a importância da reflexão crítica, na prática docente.

Discutir a Influência do Neoliberalismo, explorar como as políticas neoliberais afetam a profissionalização docente e a relação entre o trabalho e o Estado, além de como essas políticas se refletem na legislação brasileira.

A metodologia desta dissertação corresponde a uma pesquisa mista (quantitativa e qualitativa), de caráter exploratório e descritivo. Segundo Gil(2002), a pesquisa exploratória envolve "(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão". Durante a realização da pesquisa, observou-se que o estudo exploratória seria o mais eficaz para analisar o tema em questão. Segundo o autor, "As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (Gil, p.41, 2002).

Este trabalho está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, a *Introdução*, que teve como objetivo situar o leitor em relação ao objeto de estudo, apresentar os objetivos e descrever os principais aspectos metodológicos da pesquisa.

O segundo capítulo, *A identidade do sujeito professor*, consiste na análise diacrônica da condição do profissional docente, que busca compreender a formação identitária desses sujeitos ao longo do tempo, desde os desafios históricos até as mudanças recentes no cenário educacional brasileiro. Com base na perspectiva bakhtiniana, o texto discute como os professores são constituídos por discursos alheios em uma interação viva e tensa, evidenciando a dimensão coletiva e responsiva da profissão docente (Bakhtin, 1988). A análise histórica remonta ao Brasil Império, destacando a Lei Geral do Ensino de 1827, que instituiu o primeiro currículo unificado e determinou critérios para o ingresso na carreira docente, como a exigência de comportamento moral, revelando as influências religiosas e sociais da época.

No contexto contemporâneo, o texto identifica permanências e rupturas nas condições de trabalho docente, como a precarização e a desigualdade salarial. Castanha (2013) destaca que fatores como baixos salários e falta de formação adequada já eram problemas recorrentes desde o Brasil Império, muitos dos quais persistem até hoje. A análise também contempla as legislações educacionais, como a LDB de 1961 e a BNCC, que ampliaram o papel do professor ao incorporar novas competências, incluindo as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), que trazem desafios para a formação e a prática docente.

Além disso, discute-se a romantização do ofício docente, que vincula o magistério a uma vocação sacrificante, perpetuando condições de exaustão e falta de reconhecimento. Autores como Arroyo (2000) e Nóvoa (2009) apontam a necessidade de uma práxis reflexiva que supere essas narrativas, reforçando a importância de redes colaborativas e do diálogo entre os professores como estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos.

Por fim, destaca-se a centralidade da reflexividade na formação docente, definida como um processo coletivo que envolve a análise crítica das práticas pedagógicas e das relações sociais que constituem a profissão (Libâneo, 2005;

Pimenta, 2006). Essa abordagem dialógica, fundamentada em Bakhtin, enfatiza a alteridade como elemento essencial para compreender o mundo e transformar a realidade educacional.

No terceiro capítulo, *Legislação Escolar: professores em regime de contrato temporário*, centra-se na investigação da legislação vigente que regulamenta o regime de contratos temporários nas redes estaduais, identificando as normas que moldam as condições de trabalho e as limitações impostas aos docentes. Essas contratações incluem tanto professores em exercício quanto estudantes de graduação, evidenciando o caráter emergencial desse tipo de vínculo e sua relevância para a análise da atuação de docentes iniciantes na rede estadual.

A análise inicia-se pela consideração do artigo 206, inciso V, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a valorização dos profissionais da educação, garantida, na forma da lei, por planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Contudo, o artigo 37, inciso IX, prevê a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Essa previsão legal, que deveria ser aplicada de forma pontual, transformou-se em uma prática recorrente, suscitando discussões sobre a utilização reiterada de leis nas redes de ensino.

Os professores contratados exercem função pública sem ocupar cargos efetivos, algo que, segundo Bastos (2014), o Estado busca justificar pela urgência e excepcionalidade desse tipo de contratação. Contudo, Magalhães (2005) alerta para o uso indevido dessa modalidade como forma de evitar a realização de concursos públicos, violando o princípio da valorização do trabalho humano e promovendo a precarização da profissão docente. A análise do Edital n.º 12/2023 de Cadastro Temporário de Contratação Emergencial para Professores, bem como das legislações correlatas, como a Lei Federal n.º 8.745/93 e a Lei Estadual n.º 11.126/98, evidencia como a brecha legal para atender demandas temporárias de excepcional interesse público se tornou uma prática recorrente nas redes de ensino.

Além das questões legislativas, o capítulo também discute as condições de trabalho dos professores temporários, destacando o impacto negativo da alta rotatividade, da ausência de planos de carreira e da sobrecarga de atividades. Dados recentes do Todos Pela Educação (2024) revelam que, em 2023, 51,6% dos professores das redes estaduais eram temporários, superando o número de efetivos

em 15 estados brasileiros. Esse cenário reflete as dificuldades enfrentadas pelos docentes no que diz respeito à estabilidade e ao reconhecimento profissional, afetando diretamente o ambiente escolar.

Além disso, os contratos temporários caracterizam-se por sua transitoriedade, mas muitos professores permanecem nesse regime por anos, sem garantia de estabilidade. Esse contexto reforça a necessidade de os profissionais da educação compreenderem as legislações que regulamentam sua situação funcional, refletindo sobre seu papel e mobilizando-se em defesa de seus direitos.

No quarto capítulo, *A administração pública e os conflitos com a valorização docente*, são apresentados os dados da administração pública e os conflitos com a valorização docente, ficando evidente o fenômeno da precarização do trabalho, situando-o em uma perspectiva neoliberal. As análises voltam-se para as transformações contemporâneas na profissão, considerando as dinâmicas sociais e tecnológicas que impactam o exercício da docência, como a sobrecarga de trabalho e a plataformização educacional.

O capítulo também destaca como as expressões presentes na legislação brasileira, especialmente na Constituição Federal, são suscetíveis a interpretações diversas, possibilitando ajustes que enfraquecem o sistema educacional público. Gentili (1995) observa que o neoliberalismo busca desintegrar a ideia de direitos sociais e substituir a lógica da cidadania por uma visão meritocrática e consumista, enquanto Laval (2004) destaca tendências como a desinstitucionalização, a desvalorização e a desintegração da escola pública. Essas transformações enfraquecem os objetivos emancipatórios da educação, fomentando à reprodução das desigualdades sociais.

O texto também reflete sobre a interação entre linguagem e política no contexto educacional, utilizando o dialogismo, na perspectiva de Sobral e Giacomelli (2024), para demonstrar como o sentido das palavras é construído em arenas de confronto ideológico. Nesse sentido, o capítulo enfatiza que as escolhas linguísticas não são neutras, mas fruto de um processo histórico e social que molda as relações de poder e exclusão no campo educacional. Este capítulo apresenta um panorama histórico da educação superior no Brasil, destacando os marcos legislativos e as transformações estruturais que constituíram o Ensino Superior ao longo do tempo.

Por fim, o quinto capítulo, *Contratos Temporários da Seduc- RS no município de Rio Grande*, reflete sobre o contexto local, destacando as especificidades regionais que tornam esta investigação uma contribuição singular para o entendimento do magistério estadual.

A redução de concursos públicos tem dificultado o acesso a planos de carreira, privando os professores temporários de direitos, incentivos à formação continuada e retribuições por titulação. Esses fatores agravam a desvalorização da categoria, especialmente em comparação a outros cargos federados, que frequentemente apresentam remunerações significativamente superiores para níveis equivalentes de escolaridade e titulação.

O capítulo também problematiza a gestão de dados nas plataformas educacionais, levantando questões fundamentais, como: quem são os responsáveis pelo armazenamento e compartilhamento dos dados? Quais regulamentações jurídicas orientam essa prática? E quais os impactos dessa exposição de informações sobre a liberdade individual e a validação do trabalho docente mediado por Inteligências Artificiais (IAs)?

Esse capítulo, portanto, discute como a crescente coleta e utilização de dados molda a sociedade atual, afetando a maneira como nos relacionamos e trabalhamos, e como essas mudanças se entrelaçam com as esferas ideológicas e econômicas dominantes.

A pesquisa incluiu a aplicação de um questionário online, com foco na análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário. A coleta de dados foi realizada via Google Forms, abrangendo 38 perguntas estruturadas para explorar aspectos como o perfil dos participantes (idade, gênero, formação acadêmica), vínculo profissional (tempo de atuação, séries e disciplinas lecionadas) e percepções subjetivas sobre a prática docente. Entre os temas abordados, destacaram-se as motivações, os níveis de satisfação, os relacionamentos no ambiente escolar e a percepção sobre os recursos disponíveis, foram coletados dados de 24 participantes.

Assim, esta investigação pretende contribuir para a reflexão crítica sobre o cenário do magistério estadual, ao articular dados empíricos e referenciais teóricos que possibilitem uma compreensão mais ampla das dinâmicas que envolvem o regime de contratos temporários.

2 A IDENTIDADE DO SUJEITO PROFESSOR

O estudo da identidade do sujeito professor é de suma importância para compreendermos os aspectos históricos e contemporâneos da docência, especialmente no contexto brasileiro. Considerando ser este um projeto de pesquisa que se dedicou ao regime de contrato temporário de professores, é decisivo realizar uma análise diacrônica dessa profissão. Conforme a perspectiva bakhtiniana, somos atravessados por discursos alheios, nos fazemos, nos constituímos, no coletivo “através de uma interação viva e tensa” (Bakhtin, 1988, p.88). Ao revisitar a profissionalização docente, conseguiremos ter uma dimensão dos principais aspectos da docência no Brasil: quais as camadas sociais inseridas na profissão? Como se dá a formação dos professores? Quais os objetivos da educação? Quais suas formas e condições de trabalho? Qual sua remuneração?

Sendo seres sociais, importante analisar como foram constituídos temporalmente aspectos essenciais do ser professor na sociedade brasileira. A educação, como um direito constitucional de suma importância para uma nação que almeja construir fundamentos democráticos pautados na equidade e igualdade, requer qualidade na sua implementação. Mas como mensurar esses índices de qualidade sem pensar naqueles que os precedem, ou seja, cabe investigar quais são as condições reais de trabalho dos professores hoje e quais aspectos negativos do passado ainda permanecem. O presente trabalho não tenciona realizar uma análise minuciosa de todas as leis referentes à educação, pretende discutir aspectos referentes à profissionalização da docência, expor as especificidades mais salientes da profissão desde sua formação.

Nosso recorte de pesquisa parte do Primeiro Império, especificamente, após a Lei Geral do Ensino de 1827. Segundo estudo realizado por Castanha(2013), os professores lecionavam em sua própria residência ou num local alugado para esse fim; quanto ao número de alunos poderiam ter poucos ou mais de uma centena. A separação dos alunos não ocorria por idade ou séries mais pelo conhecimento desses. Não havia idade fixada, e, assim, dos 5 aos 12 anos ingressavam e permaneciam por quatro anos onde realizavam um exame proposto pelo governo. Desse início de tentativa de organização do sistema educacional brasileiro, percebemos quanto à profissão uma relação ainda vigente com pressões religiosas e

morais. Os currículos de meninos e meninas diferiam, sendo somente equiparados em 1854.

A legislação vigente no ano de 1827 teve um impacto significativo, considerando que gerou um currículo unificado para todo o país e instituiu um piso salarial para a categoria docente. Conforme o Art.13, professores e professoras recebiam o mesmo salário. O ingresso na carreira era mediante concurso público, além disso, aos homens era exigido “nota na regularidade da sua conduta” e para as mulheres “reconhecida honestidade”. A análise desse primeiro documento normativo revela o quanto essa profissão está enraizada em preceitos religiosos e morais, o comportamento docente é um dos requisitos para investidura no cargo. Portanto, fica evidente que a figura do professor perante a sociedade pressupõe alguém que esteja conforme as regras sociais estabelecidas. Partindo da observação da legislação como fonte histórica, a qual possibilita uma reflexão acerca do sujeito professor na educação brasileira, o peso social e os inúmeros problemas evidenciados na prática docente faz-se relevante para entendermos essa construção social.

O contexto da época não favorecia uma qualidade educacional por diversos fatores; a precariedade da educação estava relacionada à instabilidade política, à manutenção do regime escravocrata e abrigava uma população predominantemente rural que não priorizava a educação, e isso desencadeou em problemas que enfrentamos na atualidade. Afinal, conforme Castanha, em análise desse período, “Como se vê pelos relatórios, a instrução na Corte, sob a responsabilidade do governo imperial, caminhava com dificuldades, com professores desqualificados, baixos salários, edifícios precários, sistema de inspeção ineficiente, baixa frequência de alunos, etc. (Castanha, 2013, p.59).

Infelizmente, algumas dessas características ainda persistem no cenário educacional atual. Ao analisarmos os desafios recorrentes desde o Brasil Império, podemos observar circunstâncias negativas que permanecem na atualidade, no que concerne à formação de professores, como a ausência de instituições específicas e condições de trabalho precárias. Embora a sociedade brasileira tenha experimentado avanços nos índices educacionais, persistem nela características de exclusão e desigualdade social.

Atualmente os currículos dos cursos de licenciatura precisam inserir práticas docentes desde o início da graduação da mesma forma que devem estar envolvidos na cultura digital, nos multiletramentos e em novas tecnologias da educação que

tragam metodologias ativas que atinjam os objetivos de formar sujeitos críticos e participativos socialmente. Um fator relevante a ser considerado é o baixo nível salarial dos profissionais da educação³, o que os leva a ampliar sua carga horária de trabalho e, conseqüentemente, os priva de acessar recursos culturais fundamentais para sua prática docente.

A estatização do ensino e a busca por homogeneidade no currículo brasileiro não foi sinônimo de sucesso e ingresso da maioria da população, importante refletirmos que os alunos que frequentavam as escolas não eram das classes minoritárias. Portanto, o início do fazer docente está direcionado às classes dominantes e, atualmente, com a obrigatoriedade do ensino, o público atendido pelos docentes é formado predominantemente pelas classes minoritárias e de baixo poder aquisitivo. Se, no passado, somente classes dominantes tinham acesso à educação, hoje, o cenário está diferente. Então, atentamos para o fato que mesmo que as camadas populares estejam matriculadas na educação pública, a desigualdade manteve-se.

É crucial questionarmos qual o objetivo da educação, que tipo de cidadão estamos formando e para quais finalidades. Devemos também refletir sobre a igualdade de oportunidades de trabalho para alunos da rede pública e privada em nosso país, bem como sobre o impacto das políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, na busca por equidade no sistema educacional.

A proposta consiste em uma reflexão que transcende os limites da sala de aula, abrangendo a práxis docente em sua amplitude, que se estende para além das paredes físicas do ambiente educacional. Tal práxis permeia a análise crítica diante das propostas político-pedagógicas e das estratégias de gestão que influenciam as práticas implementadas em sala de aula. Pensar na profissionalização é definir critérios que, conforme Weber (2003) “nomeia, classifica uma ocupação como profissão, associando-lhe imagens, representações, expectativas historicamente definidas, ou como processo de reconhecimento social de uma atividade ou ocupação (Weber, 2003, p.3).

Em 1961, a Lei n. 4.024 foi instituída, sendo a primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), que apresenta normas para educação e para a

³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Nota Técnica nº 10/2020/CGCQTI/DEED.

categoria, uma mudança significativa referente ao processo de formação está presente, no Art. 59.” A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica”. O mesmo ocorre com a LEI n.º 5.692, DE 11 de agosto de 1971, que trata das Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2º graus. A implementação de diretrizes visando uma homogeneidade não exclui do cenário brasileiro problemas referentes à qualidade da educação, o fato é que tenta delimitar as formas de organização em etapas e modalidades, delimita ao poder público suas competências.

Cabe destacar que a “função docente, no Brasil, foi sendo normatizada a partir do momento em que o Estado, para atender às necessidades de escolarização impostas pelo processo de modernização da sociedade brasileira, avoca a si o controle da escola (Weber, 2003, p.6). Portanto, ao enfatizar as especificidades inerentes ao mundo do trabalho docente, percebemos que a Nova LDB, a Lei n. 9.394/1996, ao realizar a substituição do termo “profissional do ensino” para “profissionais da educação”, reitera

E se toda palavra pode refletir e refratar diferentes modos de (re)conhecer, compreender e apreender a realidade social, ela se caracteriza, por princípio, pela neutralidade ideológica, ou seja, por sua capacidade de absorver qualquer carga ideológica. Essa questão será abordada a seguir, considerando-se que isso não significa que “a palavra é neutra” quando em uso efetivo. Ao contrário, ela estará sempre carregada de valores dos sujeitos e situações que a colocam em circulação e nela se enunciam. A “mesma” palavra estará permeada de valores diferentes dependendo dos sujeitos que as enunciam em diferentes situações e contextos. (Pereira; Brait, 2020, p.128).

Seguindo a teoria do círculo bakhtiniano, a palavra é ideológica por excelência, portanto, essa escolha envolve uma mudança axiológica que demonstra uma amplitude de concepção: passa-se de um viés focado no conteúdo para um alargamento do sentido da palavra educação. Para Marques (1996, p. 14), “A educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos”.

Na referida lei, foi proposta uma nova formação docente por meio de cursos de graduação plena, além de especificar no seu Artigo 13 as incumbências docentes. Pensarmos no termo profissão é o exercício de uma função onde o sujeito possua

conhecimentos e habilidades, segundo Neto (2005) “os papéis que executam e ao mesmo tempo suprir a sociedade daquilo que ela necessita em dado momento histórico”. Em outras palavras,

Ao dizer isso, estamos a afirmar que as profissões não são coisas isoladas. Sua existência não se dá apenas como uma espécie de artefato individual, mas muito mais que isso, resulta de uma série de relações sociais com estatuto identitário. Não por acaso as pessoas tendem a perguntar umas às outras o que fazem, que ofício exercem, como se inserem nessa complexa teia em que mesmo aqueles que estão desempregados compõem sua intrincada tessitura. Identidade inclusive no sentido de alteridade, uma vez que a humanidade precisa de muitas coisas e ninguém pode realizar todas as coisas de que necessita. (Neto, 2005, p.6)

Quanto à nossa análise das leis no âmbito educacional, vamos nos reportar para o documento vigente, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que é fruto de um contínuo discursivo e traz esses traços de permanências e rupturas de documentos anteriores se a compararmos aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ambos os documentos aqui mencionados definem competências como aquilo que o estudante deve saber e habilidades como o que ele vai mobilizar o que sabe para responder a demandas reais do mundo. Trata-se, portanto, de promover o agir no mundo sobre o mundo.

Diferentemente dos parâmetros curriculares nacionais (PCN), a BNCC inova, ao incluir as TDICs - Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação, um texto que apresenta como todos os enunciados e discursos são fruto de um jogo de grandes tensões, isto é, a BNCC reconhece que a palavra é, como disse Bakhtin, uma arena de tensões, o que envolve reverberações de vozes, valores, interesses que vêm de uma tradição no âmbito educacional.

Seguiremos analisando a profissão docente, revisitando aspectos referentes ao ofício construído socialmente, tendo por base estudos fundados nas teorias no Círculo de Bakhtin, com destaque para as noções de identidade (sujeito), alteridade e ato responsável. Numa perspectiva bakhtiniana, ato responsável é aquele realizado de forma não indiferente, carregado de sentimento e valoração, e assumido pelo indivíduo a partir do lugar exclusivo que ele ocupa na existência. Assim, o sujeito que age no mundo é constituído também pelo outro, pela alteridade, fundamental para a compreensão do mundo ao seu redor.

2.1 Representações do ofício docente

Conforme análise realizada das legislações brasileiras referentes ao professorado, pudemos observar que, além do conhecimento técnico específico, o comportamento moral sempre foi uma exigência ao exercício do ofício do professor, como vimos na Lei de 1927, um dos requisitos estava vinculado à sua conduta, ou seja, precisava adequar-se ao comportamento dominante, respectivamente ao cenário ideológico político e social. Conforme Amorim “Já numa visão do homem como sujeito público, que se define inteiramente pela esfera social, corresponde um tempo coletivo e único: tempo partilhado por todos em esferas comuns de atividade” (Amorim, 2012, p.106).

Naquele momento, isso estava relacionado à tarefa de uma educação voltada para uma adequação social, para instrução considerando que o objetivo geral da educação de uma nação ainda não estava organizado, falamos de uma educação voltada para uma elite, ou seja, o ideal de uma sociedade igualitária ainda estava distante.

Ao pensarmos nessas questões ideológicas do fazer docente partimos das diferenciações. Nesse sentido, o fato de analisarmos legislações da educação e partirmos do conceito de categoria de forma alguma desvincula as singularidades dos sujeitos. Os professores são seres únicos e singulares, além disso, o nível de ensino que atuam também difere o seu fazer docente. No que se refere, por exemplo, a questões salariais, pedagógicas, gestão, entre outros. O que queremos deixar claro é que concomitantemente há problemas comuns - coletivos/singulares - individuais. Desse modo, buscamos, a partir do conceito bakhtiniano de exotopia observar as memórias coletivas do perfil docente.

Ao revisitar o passado podemos ressignificar o presente, uma característica da categoria no Brasil decorre de problemáticas referente ao passado quando não tivemos exigências específicas para o exercício da profissão, pois não havia formação específica. Logo, dentistas, farmacêuticos, advogados podiam mediante nomeação exercer a profissão de professor, considerando que havia uma minoria nos cursos de nível superior. Sendo assim, conseguimos identificar um problema que perdura através do tempo na educação brasileira: o processo formativo do professor.

O sujeito, numa visão do círculo de Bakhtin é constituído pela alteridade e possui ação responsiva quanto a seus atos.

Conforme Sobral (2009)

Para o Círculo, o sujeito possui três características essenciais: constituição psíquica relativamente fixada, onde sua consciência se modifica nas interações com outrem; marcas de aspectos sócio-históricos em sua subjetividade, que se integram à sua identidade no reconhecimento do eu pelo outro; atividades avaliativo valorativas diante de ações responsáveis, cujas coerções sociais participam da constituição de sua identidade (Sobral, 2009).

Nesse contexto, percebemos que o ser professor permeia momentos distintos. Ele foi de “Mestre”, posição que assumiu um caráter repressivo, rigidez e pouca intimidade com os alunos, e vivenciava certo prestígio social, remete ao período do Brasil Império e início da República. O “Mestre” era respeitado pela comunidade, pelos pais dos alunos e pelos alunos. Não sabemos se parte desse respeito praticado pelos alunos estaria mais vinculado ao medo do que à admiração ou reconhecimento, mas podemos afirmar que os métodos pedagógicos não estavam baseados na competência e, sim, em manter o controle social a partir da memorização e da promoção do baixo índice de criticidade ou mesmo na sua supressão.

Na transição de “Mestre” para “Professor” que acompanhou historicamente a diminuição do poder da igreja, no sentido de que na época muitos mestres eram padres e freiras. Com leis da educação, a profissão passou ter critérios voltados para formação docente. O perfil do professor, passa a ter normatizações específicas, acompanha a situação política da época na busca pela profissionalização da população por mão de obra específica, e mantém um certo prestígio. Arroyo (2000) chama a atenção para o fato de que

o imaginário social configurou o ofício de mestre com fortes traços morais, éticos. No terreno do dever. Há figuras sociais de quem se espera que façam bem, com eficiência. Há outras de quem se espera que sejam boas, que tenham os comportamentos devidos, que sejam mais do que competentes. O magistério básico foi colocado neste imaginário. Poderemos tentar reagir enfatizando profissionalismo e eficiência, qualidade e resultados. Que como mestres ensinamos a ler, escrever, contar, que ensinamos nossa matéria competentemente. Sempre será exigido mais desse ofício. (Arroyo, 2000, p. 37)

Os dados relatados abaixo demonstram o perfil do professor da educação básica no Brasil, com informações extraídas do Censo da Educação Básica dos anos 2009, 2013 e 2017 (Carvalho, 2018). Em um resumo geral dos dados, podemos concluir que: os professores típicos brasileiros em 2017 são mulheres (81%); destas,

42% são brancas e 25,2% pardas, com média de idade de 41 anos, alocadas prioritariamente nas etapas iniciais da educação básica; a escolaridade do professor predominante é de nível superior em todas as etapas do ensino, sendo que a maioria é em licenciatura; dos graduados, 36% são portadores de títulos de pós-graduação lato ou stricto sensu.

Outro dado relevante diz respeito à idade destes profissionais docentes, atuantes na educação básica. Fica evidente, a tendência de envelhecimento desses profissionais ao longo dos anos, em 2009, existiam 271.143 professores com idade igual ou maior do que 50 anos (cerca de 15% dos professores); em 2007, esse número era de 440.730 (21%). São professores mais experientes, mas que estão se aproximando do tempo de aposentadoria e com possibilidade de saírem do sistema. Em um contexto geral acerca do perfil dos docentes de ensino superior, junto às instituições de ensino (público ou privada) de 2007 a 2017⁴, vemos que: tanto na rede privada quanto na rede pública os docentes em número maior são homens; os professores com titulação de doutor são os mais frequentes na rede pública de ensino, enquanto na rede privada a maioria do corpo docente é formada por mestres.

Estamos falando de uma profissão extremamente subjugada pelo olhar do outro, criticada por várias esferas sociais, pela família, pelo governo, por seus pares, são inúmeros pareceres de universitários pesquisadores sobre o trabalho realizado por seus colegas na educação básica, ou seja, uma maioria esmagadora julgando seu desempenho. Isso evoca o conceito de exotopia, que “designa uma relação de tensão entre pelo menos dois lugares: o do sujeito que vive e olha de onde vive, e daquele que, estando de fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro” (Amorim, 2012, p.101).

Em filmes e séries sobre a profissão são exibidos professores em péssimas condições de trabalho sujeitos a hostilidade que atuam como salvadores da pátria e através da vocação, da negação de direitos e de um trabalho exaustivo, sozinhos, conseguem miticamente transformar sua sala de aula. Utopias à parte, o que podemos evidenciar é que a alteridade num conceito bakhtiniano é vivenciado em toda sua conjuntura quando o assunto é docência.

⁴ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas da Educação Superior. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em 12 mar.2025.

Assim, no contexto da ação avaliativa, o sujeito ora se aproxima do seu grupo, ao agir ou se comportar como os outros integrantes, ora se distancia, ao criticar as atitudes dos seus pares, narrando que é ou faz diferente. Nessa dinâmica, as representações identitárias são expostas, são por isso constantemente (re)elaboradas por operações metacognitivas, pragmáticas. As representações identitárias se fundam na dimensão tensa que se revela na posição discursiva ocupada pelo locutor/indivíduo, que faz escolhas singulares para provocar um determinado efeito de sentido e na condição do locutor de ser social que se exprime como sujeito do mundo, imbuído de representações sociais. (Ribeiro; Sobral, 2021, p.12)

A romantização do ofício acarreta sérios problemas para o indivíduo que exerce essa função. Em primeiro lugar, vincula um amor incondicional à profissão em detrimento de outros setores da vida, como o pessoal. Ou seja, ser professor é sinônimo de exaustão, de jamais sair do trabalho, uma vez que seu ofício se dá antes e após estar no local de exercício de sua profissão. Não se chega ao trabalho, ao iniciar uma aula; o planejamento já estava pronto, e, ao sair do ambiente de trabalho, levam-se os trabalhos realizados. E, entre seus pares, já se tornaram costumeiros a falta de tempo e o esgotamento mental, e, em tempos de ensino remoto, isso tornou-se ainda mais suscetível com inúmeras horas adicionais de trabalho. Segundo, Arroyo

Por mais que tentemos apagar esse traço vocacional, de serviço e de ideal, a figura de professor, aquele que professa uma arte, uma técnica ou ciência, um conhecimento, continuará colada à ideia de profecia, professar ou abraçar doutrinas, modos de vida, ideais, amor, dedicação. Professar como um modo de ser. Vocação, profissão, nos situam em campos semânticos tão próximos das representações sociais em que foram configurados culturalmente. São difíceis de apagar no imaginário social e pessoal sobre o ser professor, educador, docente. (Arroyo, 2000, p. 33)

Conforme já foi dito, rejeitamos a concepção de sujeitos assujeitados e, em contraposição, defendemos a responsividade diante dos questionamentos. Nesse sentido, é pertinente questionar se manter a romantização da precariedade é viável ou saudável para os profissionais, tanto em termos de sua saúde física e mental como em relação às demandas técnicas de sua profissão. Os professores das redes estaduais e municipais do nosso país não possuem secretários e monitores, seu trabalho permeia preencher inúmeros documentos, relatórios, chamadas, reuniões pedagógicas e conselhos de classe, participação em eventos, buscar sua formação continuada etc. A lista de atividades é imensa e, se acreditamos ser protagonistas de mudanças, devemos repensar essa alteridade em relação ao nosso ofício, o professor não é e nem deve ser cogitado como o responsável pela transformação social, é um

agente dessa, faz parte do processo. “Afinal, tudo no sujeito, ” cada movimento, cada gesto, cada experiência vivida, cada pensamento, cada sentimento – deve ser um ato responsável; é somente sob esta condição que eu realmente vivo [...]” (Bakhtin, 2010, p. 101)

A educação conforme assegura nossa Constituição Federal é dever do Estado e da Família e ao nos apropriarmos desta premissa já conseguimos desmistificar um peso social, logo somos profissionais com formação específica de determinada área do conhecimento e com obrigações legais a cumprir. Sem essa noção utópica e afastando-se de uma ideologia de docência “por amor” para uma docência responsiva, atuante e crítica. Devemos escolher respeitar nosso trabalho sem sucumbir a ele, entendendo-nos como participantes de um constructo social baseado na incessante busca de uma sociedade justa e igualitária. Esse olhar possibilita ao sujeito situar-se historicamente, entender seu papel social e focar sua atenção para atingir o objetivo ao invés de seguir numa romantização infundada e numa cobrança inalcançável.

2.2 Resignificando E Reorganizando A Práxis Docente

Situada num dado espaço-tempo, a docência na atualidade carrega o imediato acelerado da sociedade contemporânea. O docente precisa acompanhar de modo rápido demandas inerentes a uma sociedade múltipla em busca de conhecimento acelerado. Em contrapartida, o fazer docente está imbricado em questões cognitivas e socioemocionais. Surge, portanto, o grande dilema de quem atua na educação em tempos de áudios acelerados, inteligências artificiais e cursos superficiais. Profissionais que não dispõem de tempo para uma análise crítica de suas metodologias e dos resultados de seus estudantes. A precarização da profissão docente inviabiliza um método reflexivo do educador. Vale ressaltar o que Libâneo (2006) enfatiza

As escolas formadoras de professores necessitam de indivíduos pensantes, com capacidade de pensar epistêmico, isto é, pessoas que desenvolvam capacidades básicas de pensamentos, elementos conceituais, que lhes facultem, mais do que saber coisas, se colocar ante a realidade, apropriar-se do momento histórico para pensar historicamente essa realidade e reagir a ela. (Libâneo, 2006, p.88)

A questão levantada sobre precarização é antiga, mas os problemas permanecem. A responsabilidade do professor é orientar sujeitos no seu desenvolvimento cognitivo e social. Contudo, atingir tal objetivo torna-se desafiador para a maioria dos professores, como decorrência da carga-horária excessiva e da desvalorização social; eles, não conseguem apropriar-se de artefatos culturais, ter condições de realizar cursos de formação com qualidade. A profissão como sinônimo de exaustão está em várias pesquisas⁵. Em síntese, no âmbito socioeconômico, a profissão docente passa por um período de degradação constante. Nóvoa (2009) alega que

Quanto mais se fala da autonomia dos professores, mais a sua acção surge controlada, por instâncias diversas, conduzindo a uma diminuição das suas margens de liberdade e de independência. O aumento exponencial de dispositivos burocráticos no exercício da profissão não deve ser vista como uma mera questão técnica ou administrativa, mas antes como a emergência de novas formas de governo e de controlo da profissão. (Nóvoa, 2009, p.20)

Ao apropriar-se da sua práxis docente, esses profissionais carregam as especificidades do ofício construídas historicamente e a ausência de autonomia vivenciada antes; via igreja, e, atualmente, via estado. O debate governamental sobre valorização dos profissionais da educação ainda os situa nos mais baixos salários nas esferas federais, municipais e estaduais. Ou seja, o professorado deslocou-se socialmente de “mestre” para “objeto de consumo” de baixo custo e qualidade.

Em síntese, entre os pressupostos defendidos pelos autores aqui citados está o caráter reflexivo na práxis docente e essa especificidade dá-se principalmente pela análise da própria prática como forma de mensurar objetivos e adequar resultados, como descreve Nóvoa “A única saída possível é o investimento na construção de

⁵ Carvalho, Fatima Araujo de. O mal-estar docente: das chamas devastadoras (burnout) às flamas da esperança-ação (resiliência). 2003. 301 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Tardif, M. Lessard, C. O Trabalho Docente. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

redes de trabalho colectivo que sejam o suporte de práticas de formação baseadas na partilha e no diálogo profissional” (Nóvoa, 2009, p.22).

Portanto, o professor reflexivo não se faz somente individualmente, ao analisar sua prática, mas no âmbito social ao entender suas relações construídas em termos sócio-históricos. Em busca de respostas, retoma-se a discussão empreendida por autores precursores nessa temática, impulsionada pelo educador norte-americano Donald Schön, o qual preconizou o termo e defendeu que os professores precisavam refletir sobre sua prática, questionando seus pressupostos e adaptando suas ações. No decorrer do tempo o conceito de professor reflexivo evoluiu, principalmente, incorporando o viés colaborativo em oposição à reflexão individual.

A partir da pesquisa, sobre o conceito de professor reflexivo e revisão conceitual do tema atenta para a utilização generalizada do termo. “Para compreender esse movimento, duas questões são fundamentais: o que se entende por teoria e seu papel na reflexão e a compreensão de que a reflexão é necessariamente um processo coletivo”. (Pimenta, 2006, p.25).

Libâneo (2005) apresenta três significados distintos para reflexividade. O primeiro, uma visão platônica, idealista na qual ela teria poder de configurar uma realidade previamente definida. No segundo, encara-se a reflexividade na sua relação direta com ações práticas, ela se encontra entre o mundo externo e a ação do sujeito. Por fim, a reflexão dialética, onde o mundo dos fatos é uma realidade em movimento.

É fundamental ponderarmos sobre a amplitude do tema e/ou termo em questão, pois merece e demanda espaço na formação de professores. Considerar a reflexividade implica contemplar de forma ampla teorias, metodologias, níveis de ensino, ambiente escolar e tantos outros aspectos que interferem nas ações adotadas pelo professor. Ao recorrermos aos conceitos bakhtinianos, buscamos ressaltar a importância de atentar para as diversas vozes presentes nos discursos, evidenciando assim as especificidades do fenômeno educativo em diferentes contextos históricos, ou seja, nas mudanças do pensamento pedagógico. Dessa forma, o professor reflexivo não reflete apenas sobre si, mas também sobre sua categoria profissional, as abordagens teóricas que adotou em suas práticas pedagógicas e o processo escolar em sua totalidade.

Neste capítulo, foram examinados, por meio de uma abordagem dialógica da linguagem e sob uma perspectiva histórica, aspectos relacionados ao perfil do professor. Esses confrontos ideológicos permitem constatar os critérios históricos

presentes no imaginário social e pessoal do ser professor. Foram apresentados estudos de Amorim (2012), Libâneo (2006) e Nóvoa (2009) sobre a relevância da reflexividade no âmbito profissional docente. No próximo capítulo, serão analisadas as especificidades da natureza dos contratos temporários, suas bases legais e dados referentes à categoria.

3 LEGISLAÇÃO ESCOLAR: PROFESSORES EM REGIME DE CONTRATO TEMPORÁRIO

É importante ressaltar que, a partir de 2021, foram realizados mais de quatro mil contratos temporários para professores de Língua Portuguesa e Matemática pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, a fim de atender à demanda pelo aumento da carga horária dessas disciplinas (dados da Seduc-RS). Essas contratações incluem tanto professores já atuantes quanto estudantes de graduação até o sexto semestre. Esse fator torna esta pesquisa relevante para refletir sobre a atuação dos docentes iniciantes na rede estadual de ensino de nosso município.

Na Constituição Federal de 1988, em seu art. 206,V, apresenta-se como um dos princípios da educação, a valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. O termo "exclusivamente" depara com uma brecha na lei, uma vez que existe a contratação temporária "emergencial". Contudo, concurso público não é a única maneira de ingressar nos órgãos públicos, conforme o art. 37, inciso IX, onde a lei estabelece os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Dessa forma, visualizamos a problemática envolvendo uma "necessidade temporária" que passa a ser uma "prática contínua". Além de "excepcional", temos o fator de "tempo determinado", motivo pelo qual nossa pesquisa busca um entendimento acerca da forma como leis infraconstitucionais estão sendo utilizadas de forma recorrente nas redes de ensino, inclusive no município de Rio Grande. Carvalho Filho esclarece que

Como registra a doutrina, "para a efetiva profissionalização, é imprescindível ampliar os horizontes profissionais daquele que trabalha para a Administração". Outra característica é a definitividade. O sentido aqui é o da permanência no desempenho da função. Isso não quer dizer que não haja funções de caráter temporário, mas todas estas vão representar sempre situações excepcionais, que, por serem assim, refogem à regra geral da definitividade. A regra geral é a de que o servidor desenvolverá seus misteres com cunho de permanência.(Carvalho Filho,2018,p.617)

Segundo o autor, a expressão “agentes públicos” tem sentido amplo. Ela “Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado[...] {a função} pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica.(p.611)”.

No artigo 2º da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa- conceitua agente público

Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Devido a essa amplitude podemos pensar em características específicas para melhor entendimento. Dentre eles, temos os: Agentes Políticos(caracterizam-se por terem funções de direção e orientação estabelecidas na Constituição e por ser normalmente transitório o exercício de tais funções), Agentes Particulares Colaboradores(executam certas funções especiais que podem se qualificar como públicas, os jurados, as pessoas convocadas para serviços eleitorais, como os mesários e os integrantes de juntas apuradoras, e os comissários de menores voluntários) e Servidores Públicos (formam a grande massa dos agentes do Estado, desenvolvendo, em consequência, as mais variadas funções).

As diferenciações estão relacionadas às formas de vinculação ao Estado, o regime jurídico, o qual corrobora o aprofundamento da pesquisa. Quanto ao regime, temos: Servidores Estatutários (caráter estatutário), Trabalhistas (CLT- Consolidação das Leis do Trabalho) e Temporários (vínculo contratual). O regime jurídico que se aplica aos servidores temporários designa-se Regime Especial.

Dessa forma, entende-se que, embora a Constituição Federal utilize o termo “contratação”, isso não significa que o regime a que o servidor temporário tenha de submeter-se seja o celetista. Não se pode esquecer que os servidores temporários exercem temporariamente função, não ocupam cargo ou emprego público, e, conforme já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, os contratos temporários, com base em lei própria, têm natureza de regime jurídico-administrativo. Não se está dizendo que o regime deve ser o estatutário, mas defende-se que se trata de um regime especial e que a lei federal, estadual, municipal ou distrital é que vai definir qual será a característica de tal regime, se se aproxima do estatutário ou do celetista, ou se será um misto dos dois regimes. (Bastos, 2014, p.65)

No âmbito federal, temos a Lei n.º 8.745/1993, que rege a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal (C.F.), e dá outras providências. Em resgate ao que foi pontuado no Capítulo I, sobre a identidade do sujeito professor, vê-se que o regime jurídico ao qual estão expostos os professores em contrato temporário, parte de uma problemática que envolve índices alarmantes relacionados à progressão de carreira docente e os resultados para o ambiente escolar em sua totalidade. Nessa mesma perspectiva, Magalhães (2005) compreende que

o instituto da contratação por tempo determinado, para atender a necessidades de excepcional interesse público, vem sendo utilizado pelo Poder Público como instrumento de fraudar a exigência constitucional de realização prévia de concurso público. Sendo utilizado ainda em total contrariedade ao princípio da valorização do trabalho humano. (Magalhães, 2005, p.112)

Diversos autores analisam e classificam os agentes públicos. Entretanto, nossa pesquisa não tem como intuito, neste momento, um aprofundamento nessas divergências conceituais de termos jurídicos, e sim entendermos as definições referentes na CF/88 para dar ênfase ao que realmente possui relevância dentro de nossa análise. Reconhecemos a legalidade referente às contratações temporárias em caráter emergencial, garantida por lei. Como descrito por Carvalho Filho, “não pode a autoridade maior do ente federativo ser acusada de crime de responsabilidade por recrutamento não previsto em lei. Pode haver outros vícios na admissão, mas não o de inexistir previsão legal” (Carvalho Filho, 2015, p.627). O que observamos é a prerrogativa da “contratação por tempo determinado”, a qual tem sido utilizada como algo permanente. Segundo o autor,

temos o pressuposto da temporariedade da função: a necessidade desses serviços deve ser sempre temporária. Se a necessidade é permanente, o Estado deve processar o recrutamento através dos demais regimes. Está, por isso, descartada a admissão de servidores temporários para o exercício de funções permanentes; se tal ocorrer, porém, haverá indisfarçável simulação, e a admissão será inteiramente inválida. Lamentavelmente, algumas Administrações, insensíveis (para dizer o mínimo) ao citado pressuposto, tentam fazer contratações temporárias para funções permanentes, em flagrante tentativa de fraudar a regra constitucional. Tal conduta, além de dissimular a ilegalidade do objetivo, não pode ter outro elemento mobilizador senão o de favorecer a alguns apaniguados para ingressarem no serviço público sem concurso, o que caracteriza inegável desvio de finalidade. (Carvalho Filho, 2015, p.629)

Além das distinções entre agentes públicos e seus respectivos regimes, temos na Constituição Federal que essas relações ocorrem de três formas: cargo, emprego ou função pública. Carvalho Filho resume da seguinte forma:

Cargo público é o lugar dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneração fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.

A função pública é a atividade em si mesma, ou seja, função é sinônimo de atribuição e corresponde às inúmeras tarefas que constituem o objeto dos serviços prestados pelos servidores públicos.

A expressão emprego público é utilizada para identificar a relação funcional trabalhista, assim como se tem usado a expressão empregado público como sinônima da de servidor público trabalhista. Para bem diferenciar as situações, é importante lembrar que o servidor trabalhista tem função (no sentido de tarefa, atividade), mas não ocupa cargo. O servidor estatutário tem o cargo que ocupa e exerce as funções atribuídas ao cargo. (Carvalho Filho, 2015, p.634)

Os professores em regime de contrato temporário possuem função pública. Quanto a isso, Bastos afirma

entende-se que o servidor público temporário exerce função, ou seja, um conjunto de atribuições previstas para o desenvolvimento de uma atividade pública. É preciso deixar claro que os servidores públicos temporários não ocupam cargo ou emprego, não se exigindo, necessariamente, concurso público, pois a excepcionalidade e a urgência da contratação são incompatíveis com a demora da realização do concurso público. (Bastos, 2014, p.47)

3.1 Condições de trabalho

Salientamos a importância do debate sobre aspectos sociais e legislativos que cercam esse momento da profissão docente, considerando o impacto que representa para os profissionais atuantes e em formação. O estudo realizado em 2024, pelo Todos Pela Educação, revela que

em 2022, as redes estaduais tinham mais professores temporários do que efetivos. Este cenário se manteve em 2023, com 51,6% de temporários e 46,5% de efetivos. Em seguida, o estudo mostra o cenário em cada uma das 27 Unidades da Federação. Em 15 estados há mais docentes temporários do que efetivos e, de 2020 a 2023, 67% dos estados aumentaram a quantidade de temporários e diminuíram a de efetivos.

O referido estudo corrobora com a discussão sobre os resultados negativos da predisposição do Estado em tornar o regime de contratação temporária uma opção

recorrente na administração pública. A análise realizada atenta para possíveis aspectos negativos, como a alta rotatividade docente, os processos seletivos e as condições de trabalho dos professores.

Figura 1 - Quantidade de docentes da rede estadual no Brasil, por tipo de contratação (em milhares) - 2013 a 2023



Fonte: MEC/Inep - Sinopse Estatística da Educação Básica. Elaboração: Todos Pela Educação

A partir dos resultados exibidos na figura 1, percebemos a diminuição gradual dos professores efetivos e o crescimento, principalmente, a partir de 2021 no número de professores contratados. Em síntese, nota-se a gradual diminuição do plano de carreira docente, e o impacto negativo de profissionais com rotatividade em espaços escolares e incertezas trabalhistas. Em 2023, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou 41% de professores no quadro efetivo e 59% no quadro de temporários. Segundo a pesquisa, realizada pelo Todos pela Educação “os contratos temporários não estão sendo utilizados nas redes de ensino apenas para suprir uma demanda pontual e emergencial, mas para, de fato, compor o corpo docente fixo de profissionais do magistério que trabalham nas escolas”.

Esperamos mediante o trabalho que o profissional da educação tenha conhecimento da legislação que o vincula à administração pública, e, refletindo sobre esses processos legislativos, entenda o papel que está desempenhando para então conseguirem se mobilizar em relação aos seus direitos.

Buscamos analisar as formas como o professor em regime de contrato temporário se relaciona quanto à sua atuação, no contexto contemporâneo, observando sua contratação, permanência e transitoriedade. Uma afirmação recorrente em pesquisas e autores citados nesta pesquisa ratifica a fragilidade ocupacional que esse tipo de regime causa nas relações de trabalho docente na contemporaneidade. Ao criar vínculo temporário, o profissional passa a estar cercado de incertezas, da efemeridade nas relações administrativas; a premissa da transitoriedade torna-se permanente através da rotatividade escolar. Os contratos possuem tempo determinado e são passíveis de prorrogação nos termos da legislação específica de cada estado, porém o profissional não sabe se isso ocorrerá de fato. Alguns mantêm-se por mais de dez anos neste regime, outros passam pelo processo anualmente; o sentimento comum a todos é a insegurança.

Os professores, nesse regime, estão em constante angústia, pois mudam de escolas com frequência e essa mudança ocorre em qualquer momento do ano letivo. Considerando que a prioridade é dos professores efetivos, ocasionando uma carência de vínculos: falta vínculo com a administração, falta vínculo com a unidade escolar, falta vínculo com os alunos, falta vínculo com seus pares. O que não pode faltar é um olhar criterioso sobre sua própria situação profissional. Segundo o estudo de Neto (2016)

A criação de disposições jurídicas regulamentando as contratações temporárias, infringindo a lei, é a própria institucionalização da precarização do trabalho. De 1995 a 2015 os contratos temporários favorecem a pilhagem de direitos trabalhistas com a construção de uma nova legislação que dá forma ao trabalho precário. Não só a constituição federal é violada, mas as garantias mínimas de direitos trabalhistas previstos na CLT também são, visto que uma professora temporária possui menos direitos do que uma trabalhadora celetista, isso é, possui inclusive menos direitos que as trabalhadoras de firmas terceirizadas, como o direito ao fundo de garantia. É dessa forma que se edifica uma nova estrutura jurídica na construção de um mundo do trabalho, no qual a precarização é a marca principal. (Neto, 2016, p. 87)

No Estado do RS, através da Seduc-RS, são oferecidos cadastros de contrato temporários para professores. Ao acessar o edital, os candidatos inserem sua documentação e aguardam contato via e-mail. Durante este período, os candidatos estão na fase de euforia, em busca do seu lugar para atuar na sua área de formação. Sequencialmente, ao ingressar na escola, terão a real dimensão das diferenças entre efetivos e contratados. Fica claro, até mesmo em função de força de lei, a prioridade

dos efetivos quanto às escolhas das escolas, turmas e horários. Essa impossibilidade de escolha afeta o profissional, considerando que a maioria trabalha, no mínimo, em duas escolas. Portanto, o deslocamento até as escolas se torna um grande desafio para os professores, que sempre optam por escolas mais próximas a suas residências por questões de logística. A disputa por carga horária ocasiona um desgaste emocional para os docentes e prejudica as relações entre os pares, difícil haver uma harmonia no ambiente de trabalho, pois resulta em relações de trabalho permeadas por hostilidade, medo e disputas.

3.2 Análise do Edital n.º 12/2023 Cadastro Temporário de Contratação Emergencial Professores

Em análise do Edital n.º 12/2023 de Cadastro Temporário de Contratação Emergencial para Professores, publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do sul, apresenta o seguinte texto:

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade nos termos da Lei Estadual n.º 11.126, de 09 de fevereiro de 1998 e alterações. Decreto n.º 51.490, de 19 de maio de 2014. Decreto n.º 56.680 de 05 de outubro de 2022 e Decreto n.º 56.229 de 07 de dezembro de 2021, Lei n.º 15.991, de 31 de agosto de 2023, torna público aos interessados que estão abertas as inscrições para o banco de Cadastro Temporário de Contratação Emergencial, para a função de professor, no período de 27 de novembro de 2023 até 19 de dezembro de 2023, às 23h59min, via internet, através do site <https://educacao.rs.gov.br/>, para rede de ensino público estadual e, de acordo com as normas deste Edital, com prazo validade de 2 (dois) anos, a contar da publicação de homologação da classificação⁶.

Iniciamos a análise do referido edital retomando alguns conceitos apresentados na CF/88, para atentarmos à hierarquia legislativa, ou seja, o que consta na Constituição, na Lei Federal n.º 8.745/93, nas leis estaduais e nos decretos. Conforme a C.F/88, art. 24, IX, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

No que concerne à hierarquia das normas jurídicas brasileiras temos como norma suprema a CF/88 representando a lei fundamental que serve como base para

⁶ EDITAL Nº 12/2023 Cadastro Temporário de Contratação Emergencial Professores. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=929436>

todas as outras normas, as leis federais; estabelecem normas gerais dentro das áreas de competência concorrente, as leis estaduais; complementam as normas gerais estabelecidas pela União e podem realizar adaptações gerais considerando as especificidades locais, sempre em conformidade com as normas gerais, os Decretos, são atos administrativos com a função de detalhar e regulamentar a execução das leis.

A Lei Federal n.º 8.745/93 dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Essa lei apresenta no seu art.1º: “ Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei”. As prerrogativas do que é considerado como “ necessidade temporária de excepcional interesse público” são apresentadas no art.2º, na área da educação, efetivamente, nos seguintes itens:

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - atividades I) didático-pedagógicas em escolas de governo; VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação;

X - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação,

XI - admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto ao processo seletivo, o art. 3º da Lei Federal n.º 8.745/93 estabelece que o recrutamento do pessoal a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público. O fato da não exigibilidade de concurso público na

contratação de temporários resulta numa diminuição na qualidade do ensino, considerando o concurso público uma forma de mensurar o nível de conhecimento dos candidatos. O art.4º discorre sobre os prazos, uma vez que os contratos temporários só podem ser efetivados por tempo determinado, admitindo prorrogação. O art.7º trata da remuneração e institui “importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de Carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante”.

O art. 9º, explicita o que é considerado vetado, como: I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato; II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Informações relevantes referentes à extinção do contrato, sem direito a indenizações, encontra-se no art.12º: I - pelo término do prazo contratual; II - por iniciativa do contratado, III - pela extinção ou conclusão do projeto, definidos pelo contratante, assegurado que “ § 1º A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias”. Essa lei serve de base para os demais entes federativos da União para suas respectivas leis estaduais e municipais.

Dando prosseguimento à análise do edital, vamos verificar as especificações presentes na Lei Estadual n.º 11.126, de 09 de fevereiro de 1998, (atualizada até a Lei n.º 15.991, de 31 de agosto de 2023), a qual “ Implanta Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui Programa de Avaliação da Produtividade Docente, dispõe sobre vencimento e dá outras providências”. No art. 2.º consta que

O Sistema Estadual de Ensino, a ser reestruturado em lei e organizado em regime de colaboração, deverá atender à política nacional de educação, emanada da União, e se articular com os diferentes níveis e sistemas, observadas as disposições da Constituição Federal⁷.

⁷ Lei N.º 11.126. De 09 De Fevereiro De 1998. (atualizada até a Lei n.º 15.991, de 31 de agosto de 2023) Implanta Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui Programa de Avaliação da Produtividade Docente, dispõe sobre vencimento e dá outras providências.)

No art.5º, IV, a instituição de Cadastro de Contratações Temporárias, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do artigo 19, inciso IV, da Constituição do Estado. Na seção IV, Do Cadastro de Contratações Temporárias, segue informações referentes a cedência, ingresso e permanência dos candidatos ou contratados. No art.18, § 1.º

Considera-se caráter emergencial, também, a necessidade de suprir vagas decorrentes da cedência de professores, com formação específica, para cumprir compromissos assumidos pelo Estado com entidades conveniadas, desde que, dos referidos instrumentos, não resulte transferência de matrículas da rede de ensino fundamental do Estado para os municípios.

Em relação aos critérios para contratação dos candidatos, no art.19º consta que

§ 1.º Somente serão admitidos no referido cadastro, candidatos que comprovarem titulação na área de conhecimento ou habilitação a ser lecionada, ou no mínimo, apresentarem atestados de frequência em curso de formação de professores ou em curso de nível superior, na mesma área, ou em áreas afins, preferencialmente **a partir do quarto semestre**, conforme normas expedidas pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino.

Em relação aos vencimentos, no art. 32º, estabelece que

Será fixado em lei o vencimento mensal correspondente a 40 (quarenta) horas trabalho semanais, do Nível 1, e do Nível Especial, ambos para a Classe A, para efeito de cálculo do valor das horas-trabalho do novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual. § 1.º O valor da hora-trabalho será obtido mediante a divisão do vencimento mensal do Nível 1 e do Nível Especial, ambos da Classe A, correspondente a 40 (quarenta) horas-trabalho semanais, pelo total de horas-trabalho mensais que seriam cumpridas neste regime, conforme estabelecido a seguir:

$$V \\ HT = \frac{V}{40 \times 4,2}$$

onde:

HT = hora-trabalho

V = vencimento mensal de 40 horas-trabalho semanais

40 = 40 horas-trabalho semanais

4,2 = quatro vírgula duas semanas

§ 2.º O valor da hora-trabalho dos demais níveis de valorização e das demais classes do Novo Plano de Carreira e Remuneração será obtido mediante a incidência dos índices correspondentes às classes e aos níveis titulados.

No Decreto n.º 51.490, de 19 de maio de 2014, em seu parágrafo único, apresenta uma justificativa para o caráter de excepcionalidade: "o suprimimento de vagas em estabelecimentos de ensino estadual em razão de afastamento de Professores(as) de suas funções". O art. 2º discorre sobre as normas para contratos

em relação às escolas indígenas, educação do campo e a modalidade educação profissional, além de orientações sobre a contratação de discentes em licenciaturas,

Art. 3º Constarão obrigatoriamente do Edital:

- I - prazo para inscrição, não inferior a cinco dias;
- II - locais e horários de inscrição;
- III - as Coordenadorias Regionais de Educação onde houver a necessidade;
- IV – a escolaridade mínima exigida para o exercício do magistério na Educação Básica nas suas Etapas e Modalidades, nas diferentes Áreas do Conhecimento, nos termos da inscrição e de acordo com o estabelecido no art. 2º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste Decreto;
- V – os documentos mínimos exigidos para comprovação de habilitação e de classificação;
- VI – as normas para formação da Comissão de classificação; e
- VII – as condições para admissão dos(as) candidatos(as).

Com relação ao Edital, podemos considerar alguns aspectos importantes. O primeiro é que ele ratifica a grande problemática envolvendo o movimento do Estado em tornar o que seria excepcional em algo recorrente. No Rio Grande do Sul, tivemos um período de dez anos sem a realização de concursos públicos. Em segundo lugar, ressaltamos os critérios para admissão de professores em regime de contrato temporário, uma vez que, conforme visto no texto da lei acima, é viável a partir do quarto semestre de curso. O questionamento valida-se, inclusive, em comparação com outras áreas.

Na saúde, por exemplo, um estudante de medicina no quarto semestre não assume, sozinho, uma cirurgia. Na área jurídica, um estudante no quarto semestre não tem habilitação para defender ou participar de forma decisiva numa audiência. Na engenharia, um estudante no quarto semestre não possui habilitação para assinar projetos. Qual o direcionamento que leva os órgãos administrativos da educação do Estado do RS a deliberar que um aluno no quarto semestre de licenciatura assuma a função de professor? Esse aluno ficará responsável por suas turmas e, como apresentado neste trabalho, a maioria assume contratos de quarenta horas semanais. Quais as possibilidades de esses discentes da graduação, ingressando na prática com as reais condições de trabalho ofertadas pela administração pública, manterem a qualidade de sua formação? Podemos considerar que se trata de uma responsabilização demasiado densa para um professor ainda em formação.

Entre 2020 e 2023, em nível nacional, a quantidade de professores temporários nas redes estaduais cresceu 41% enquanto o quadro de efetivo teve uma queda de

17%⁸. Em 2022, a quantidade de professores nas redes estaduais superou, pela primeira vez, a quantidade de efetivos, dado que se manteve em 2023. Muitos estados e municípios têm feito uso frequente de processos seletivos destinados à contratação temporária. No estado do Paraná, a coletânea “Racionalidade antidemocrática e privatização da escola pública: vieses de resistência”, organizada por Geraldo Balduino Horn, Adriana Pellanda Gagno, Sebastião Donizete Santarosa e Mara Eli de Matos, reúne vinte e dois capítulos que têm como foco a particularidade da política educacional do estado do Paraná, mas que refletem diferentes ângulos da disputa da educação, especialmente a básica, no Brasil. Segundo os pesquisadores⁹, o Paraná, sob gestão do governador Ratinho Junior, enfrenta as consequências de políticas neoliberais nas quais professores e agentes educacionais vivenciam cortes de direitos, precarização do plano de carreira, plataformização e à burocratização do trabalho pedagógico e docente.

Em relação à titulação necessária para a seleção em contratos temporários de professores, a Lei Estadual n.º 11.126, conforme já analisado, apresenta no art.19 “preferencialmente a partir do quarto semestre, conforme normas expedidas pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino”. No edital em análise, no item 4 - Da escolaridade exigida para inscrição e classificação, define que a escolaridade mínima ocorre a partir do sexto semestre para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e Ensino Médio, em Educação Física, Ensino Religioso, Língua Estrangeiro Moderna e exige, para atuação na Educação Profissional, nos Cursos Técnicos, Curso Superior de Bacharel ou Licenciatura, a partir do 7º semestre. Para atuar na Educação Indígena - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio: a partir do 4º semestre. Segue abaixo a pontuação referente à titulação no referido edital.

Defendemos que as grades curriculares dos cursos de licenciatura incluam disciplinas voltadas à prática docente e que programas como o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) são fundamentais para a formação de professores.

⁸ Fonte: MEC/Inep - Sinopse Estatística da Educação Básica. Elaboração: Todos Pela Educação.

⁹ Racionalidade antidemocrática e privatização da escola pública : vieses de resistência / Geraldo Balduino Horn...[et al.] (org.). Curitiba, PR : Platô, 2024.

No PIBID, os futuros docentes possuem acompanhamento e não ficam responsáveis, sozinhos, por turmas, tendo o Programa como um de seus objetivos “contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura”. No seu regimento, normatiza-se no art. 42: é vedado aos beneficiários de bolsa na modalidade de iniciação à docência assumir as atribuições dos professores na escola de educação básica, bem como atividades de suporte administrativo ou operacional na escola ou na IES. Isso ratifica a importância de programas que objetivamente conseguem uma articulação entre a universidade e a escola, possibilitando de forma eficaz o encontro do discente em licenciatura com seu ambiente de trabalho.

Tabela 1 - Tabela da pontuação referente a classificação dos candidatos no Edital n.º 12/2023- Cadastro Temporário de Contratação Emergencial.

6.1 - Titulação:

CÓD.	TITULAÇÃO APRESENTADA	PONTUAÇÃO
1	Curso de Magistério ou Normal	10
2	Licenciatura Plena no Componente Curricular	20
3	Licenciatura Plena na área	18
6	Pós-Graduação - mínimo 360 horas	5
7	Mestrado	10
8	Doutorado	15
9	Curso Superior na área Afim (Bacharel)	20
10	Curso de Formação Pedagógica para Não Licenciados	7
11	Curso Superior na Área Afim (Tecnólogo)	6
12	Frequentando a partir 7º semestre Curso superior (Bacharel)	4
13	Frequentando 8º semestre Curso Superior (Licenciatura Plena)	6
14	Frequentando 7º semestre Curso Superior (Licenciatura Plena)	5,5
15	Frequentando 6º semestre Curso Superior (Licenciatura Plena)	5
18	Curso Técnico de Nível Médio, na área.	1
20	Indígena - Curso de Educação Básica	8
21	Indígena - Curso de Licenciatura	10
24	Indígena - Curso de Educação Incompleta	5
25	Cursos Livres de Língua Estrangeira Moderna no componente curricular - mínimo 180 horas	1
26	Proficiência em LIBRAS ou Curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) - mínimo 180 horas	2
30	Curso Específico de Ensino Religioso - mínimo 400 horas	4
32	Curso de formação - Educação das Relações Étnico Raciais - mínimo 40 horas	1

Fonte: Edital n.º 12/2023- Cadastro Temporário de Contratação Emergencial.

Verifica-se na tabela que a pontuação para graduados totaliza 20 pontos, enquanto para os discentes em licenciatura varia de 4 a 6 pontos. Comprova-se um fator decisivo relacionado à precarização presente nesse regime: a ausência de concurso público. Trata-se de uma política de contratação que viola um dos princípios

constitucionais , uma vez que a Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso V) e a LDBEN/1996 (art. 67, inciso I) garantem, na forma da lei, a valorização dos profissionais da educação e o ingresso em cargo público exclusivamente por meio de concursos. A realização de concursos parte de dois vieses fundamentais: em primeiro lugar, permite mensurar o nível de conhecimento dos candidatos; em segundo, garante estabilidade profissional. Ao ingressar via concurso público, os professores, embora sujeitos aos índices negativos referentes à profissão, possuem direitos trabalhistas e perspectiva de plano de carreira, os quais são sistematicamente negados aos contratados.

Essa situação atinge de forma mais acentuada os docentes em formação ou em início de carreira, momento que por si só envolve inúmeras situações desafiadoras, as quais são agravadas sob o regime de contratos temporários. Como mencionado neste capítulo, a prerrogativa de “excepcionalidade” é o cerne da questão, pois resulta na desintegração de direitos trabalhistas, consequência de escolhas políticas baseadas em lógicas meritocráticas. Tais políticas impactam negativamente nas condições do trabalho docente, contribuindo para o silenciamento desses profissionais. Por fim, a desvalorização da categoria impacta diretamente nos índices de qualidade da educação.

4 A DESVALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE NO RS

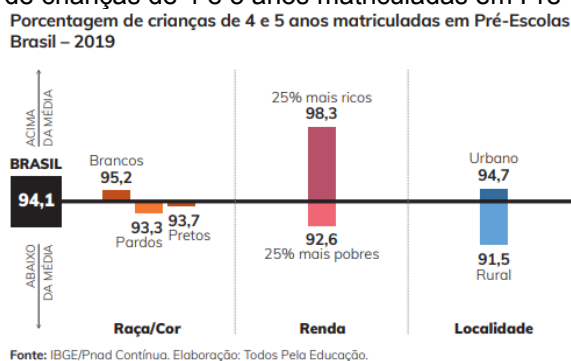
Na realidade, ao discutirmos o cenário atual da profissionalização docente, vamos ao encontro do conceito de neoliberalismo, o qual possibilita a reflexão sobre a relação do trabalho, especialmente em questões voltadas ao Estado e a discussões internacionais que interferem diretamente na legislação brasileira. Observamos que o Estado adota a premissa de terceirização, privatização, e o regime de contrato temporário tem assumido um papel de contrato definitivo. Nesse sentido, Laval salienta que

O período neoliberal do capitalismo tende a mudar a ligação, que ele deixa mais frouxa e mais leve, entre o diploma e o valor pessoal reconhecido socialmente. Esse título escolar e universitário, em uma época onde se declara que o saber é um produto "perecível", e que as competências são, elas mesmas, objeto de uma "destruição criadora" permanente, tende a perder sua força simbólica. No momento em que ele se expande, ele é cada vez mais considerado como uma fonte de rigidez que não corresponde mais aos novos imperativos de adaptabilidade permanente e de reatividade imediata da empresa. Esse questionamento deve estar, evidentemente, relacionado às transformações do trabalho. A classe assalariada foi atomizada em múltiplos estatutos, subestatutos e sem estatutos. (Laval, 2004, p.18)

Este é o embate: analisar as expressões na legislação e, como o texto da nossa Constituição é propício a interpretações diversas, influenciar o próprio sistema. É importante refletirmos também sobre as questões sociais, considerando o público das escolas públicas. Hoje, os alunos dessas instituições são, majoritariamente, filhos de pessoas com menor poder aquisitivo, enquanto aqueles com maior renda frequentam escolas particulares: "Em sociedades profundamente antidemocráticas: os poderosos parecem ter aceitado que as massas deveriam ter direito à educação, desde que o sistema educacional se enfraquecesse" (Gentili, 2009, p.1071).

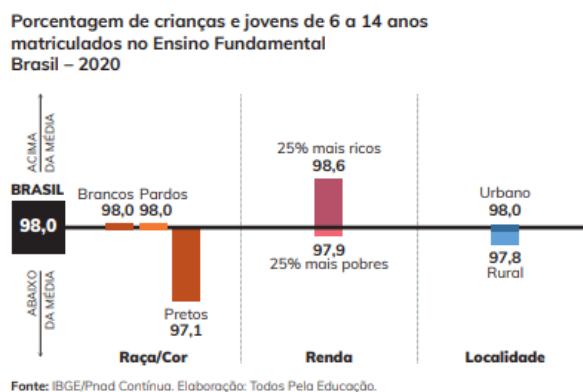
No tocante a isso, devemos considerar alguns dados relevantes:

Figura 2 – Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Pré – escolas no Brasil - 2019



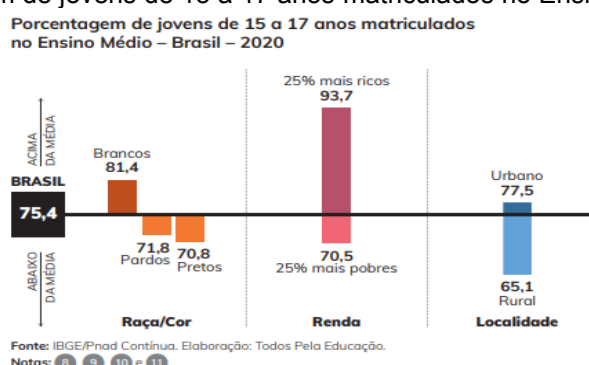
Fonte: IBGE

Figura 3 – Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental no Brasil - 2020



Fonte: IBGE

Figura 4 – Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio no Brasil - 2020



Fonte: IBGE

Os resultados exibidos nos quadros demonstram que a disparidade no acesso à Pré-Escola entre ricos e pobres é de 5,7 pontos percentuais. 96,7% dos jovens de 16 anos das famílias mais ricas concluíram o Ensino Fundamental, enquanto apenas

78,2% dos jovens das famílias mais pobres obtiveram o mesmo resultado. E o acesso ao Ensino Médio é realidade para apenas 70,5% dos jovens mais pobres. Devemos analisar o que o Estado está oferecendo aos filhos dos trabalhadores e, igualmente, quais as condições de trabalho oferecidas aos profissionais da educação. Como descrito por Gentili,

A escola pública é algo mais do que uma simples e conspiratória armadilha do capital para estender seu poder sobre as massas. Esse é um dos núcleos de sentido que o neoliberalismo pretende desintegrar: a própria ideia dos direitos sociais e a necessidade de uma rede de instituições públicas destinadas a materializá-los. A interpretação meritocrática do neo-economicismo baseia-se na necessidade de destruir a lógica dos direitos que garantem a conquista da cidadania e de impor a lógica mercantil segundo a qual os indivíduos realizam-se eles próprios, enquanto proprietários, como consumidores racionais. É preciso esforçar-se, trabalhar e competir para ser um consumidor racional, responsável e empreendedor. Em síntese, o que Guiomar Namó de Mello (1993) chama, não sem certa dose de cinismo: a nova cidadania. (Gentili, 1995, p.199)

A profissão docente está vivenciando um momento de crise e precarização que permeia diversas esferas, evidenciando uma mudança na gestão escolar como um todo:

De direito social garantido constitucionalmente, a educação pública passa a ser tratada como serviço pelo Estado neoliberal. Nessa perspectiva, importa para o Estado a diminuição do custo na oferta da educação, para tornar esse serviço não oneroso ao orçamento público estatal (Neto, 2016, p.164).

Na perspectiva neoliberal, a escola torna-se aliada de instituições financeiras internacionais, prioriza a terceirização dos servidores públicos, reduzindo o papel crítico da educação. No livro *A Escola não é uma empresa - O neoliberalismo em ataque ao ensino público*, Laval (2004) destaca que “nós assistimos seguramente a uma mutação da instituição escolar que se pode associar a três tendências: uma desinstitucionalização, uma desvalorização, e uma desintegração”. Segundo o autor a desinstitucionalização refere-se aos “objetivos que se podem dizer “clássicos” de emancipação política e de expansão pessoal que estavam fixados para a instituição escolar, são substituídos pelos imperativos prioritários de eficácia produtiva e de inserção profissional”, na desvalorização “se pode constatar a erosão dos fundamentos e das finalidades” e desintegração ocorre mediante “uma concepção consumidora da autonomia individual, pressiona a desintegração da instituição

escolar. As diferentes formas de consumo educativo realizam, de modo descentralizado e "leve", uma reprodução das desigualdades sociais".

Considerando a legislação, mais especificamente o edital de contratação de professores estaduais percebemos que os contratos temporários estão permeados por questões políticas e econômicas. E seu uso abusivo está ocorrendo de forma legalizada, uma vez que o texto constitucional é ambíguo e abriu precedentes para as mais variadas interpretações. Nessa perspectiva, Neto (2016) alega que

a precarização do trabalho docente é uma política calculada, e não uma fatalidade econômica, sendo estratégica para quebrar a resistência das docentes e tornar possível a reorganização das redes de educação públicas.

Essa situação atual faz com que as previsões para carreira docente soem de forma extremamente negativa: "Essas lógicas de eficácia que se impõem não são "axiologicamente neutras [...] elas não são somente técnicas, mas, ao contrário, profundamente culturais e políticas"(Laval,2004, p.44).

Do mesmo modo, Gentili acrescenta

O conceito de exclusão includente pretende chamar a atenção sobre a necessidade de pensar o conjunto de dimensões que estão presentes em todo processo de discriminação, alertando para o fato de que, a partir desta multidimensionalidade, a necessária construção de processos sociais de inclusão (associados à realização efetiva dos direitos humanos e cidadãos e à consolidação de relações igualitárias sobre as quais se constroem as bases institucionais e culturais de uma democracia substantiva) sempre depende de um conjunto de decisões políticas orientadas a reverter as múltiplas causas da exclusão, e não somente algumas delas, particularmente as mais visíveis.(Gentili,2009, p.1061)

Os contratos temporários eternizados ferem a Constituição Federal, mas a situação é ainda mais grave, pois precariza uma das maiores categorias trabalhistas brasileiras - a de professor. Essa precarização prejudica o ensino e a aprendizagem dos alunos, além de ferir as relações sindicais, uma vez que divide a própria categoria, colocando nomeados e contratados em situação de disputa. Os professores contratados não têm os mesmos direitos dos nomeados(concursados), não podem escolher as escolas e/ou turmas em que vão atuar, não têm direito à licença saúde, não podem concorrer a cargos de gestão, não têm estabilidade, o que gera muita angústia pela impossibilidade de fazer um planejamento tanto pessoal, quanto profissional.

Por outro lado, os professores nomeados também vivem um mal estar, uma revolta com as perdas da categoria e com o fato de os ingressantes na carreira já entrarem no mesmo nível salarial. Com a aprovação do novo plano de carreira, a progressão salarial é mínima, numa demonstração clara de desvalorização da carreira do magistério público estadual. É relevante considerar que muitos professores contratados estão aprovados em concurso público, mas permanecem atuando em regime de contratação temporária, atendendo a lógica neoliberal de “ enxugamento da máquina pública”.

Em relação à atuação do sindicato no município, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS), diversas ações estão sendo realizadas em defesa da categoria, como o lançamento da campanha da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) intitulada “Não Venda a Minha Escola”¹⁰. Tal iniciativa foi motivada projeto de Parcerias Público-Privadas (PPPs), lançado pelo governador Eduardo Leite (PSDB) , que prevê a destinação de R\$ 5 bilhões ao setor privado ao longo de 25 anos de concessão, delegando a terceiros uma responsabilidade que deveria ser do Estado. O debate contou com a participação de importantes vozes na defesa da educação pública, como Fábio Santos de Moraes, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP/SP); Walkiria Olegário Mazeto, presidente do Sindicato das(os) Professoras(es) e Funcionárias(os) de Escola do Paraná (APP/PR); e Sergio Antônio Kumpfer, secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários da CNTE/RS.

É importante ressaltar que a campanha “Não Venda a Minha Escola” teve início com a APP Paraná, destacando-se como uma mobilização significativa no cenário nacional. Outra ação em curso é à Caravana Estadual¹¹, que percorrerá diversas regiões do Rio Grande do Sul no primeiro trimestre de 2025. Essa iniciativa tem como objetivos principais dialogar com a comunidade escolar, escutar as demandas das educadoras e educadores, expor a difícil realidade vivida nas instituições de ensino e convocar a categoria para a Assembleia Geral, marcada para o início abril.

¹⁰ Fonte: <https://cpers.com.br/cpers-lanca-campanha-nacional-da-cnte-nao-venda-a-minha-escola/>

¹¹ <https://cpers.com.br/do-sucateamento-a-privatizacao-caravana-do-cpers-denuncia-o-caos-na-educacao-publica-sob-o-governo-leite/>

4.1 Enunciados mercadológicos na educação: ensino superior como nicho de mercado

Essas feridas vivenciadas pelos docentes lhes impossibilitam ou dificultam sobremaneira um olhar reflexivo nesse contexto neoliberal na educação, uma vez que são vítimas de um sistema de precarização e responsabilização individual, colocando-os num mercado de trabalho permeado por formações rasas e aceleradas. Um exemplo disso é o crescente número de ofertas de segunda graduação em licenciatura em tempos recordes por preços acessíveis, tratando a educação como uma mercadoria barata. Segundo dados retirados da ONG Todos pela educação,

O Censo da educação Superior de 2022, divulgado no último ano, mostrou que dos 789,1 mil alunos ingressantes em cursos de licenciatura em 2022, 81% foram na modalidade de ensino à distância. Nas instituições privadas, 93,7% dos alunos de licenciatura que ingressaram foram nessa modalidade.

No artigo “Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira”, os autores afirmam que

Não se pode perder de vista, ademais, que há um processo de produção em massa de certificação docente, na modalidade EaD e em IES particulares, que joga no mercado educacional professores com qualificação discutível, propensos à aceitação de qualquer forma de contrato trabalhista, componente orgânico da constituição do exército industrial de reserva que conduz à compressão dos salários. Isso resulta em uma individualização da percepção do problema, perdendo-se de vista suas determinações sociais e podendo conduzir os professores a não compreenderem sua inserção.

A precarização do trabalho docente está sendo discutida por diversos autores, ratificando a iminência dos riscos aos quais estamos expostos. Os problemas vivenciados na educação pública tem estado em pauta no Brasil, e, por um período, tivemos avanços em índices e em políticas públicas, como a Lei de Cotas, que possibilitou a entrada de muitos jovens na educação superior. No entanto, percebemos agora o quanto a educação básica apresenta índices baixos e profissionais expostos à violência, além da utilização de Contratos Temporários que não oferecem direitos básicos aos trabalhadores da educação. Importante analisar os dados referentes ao ensino superior:

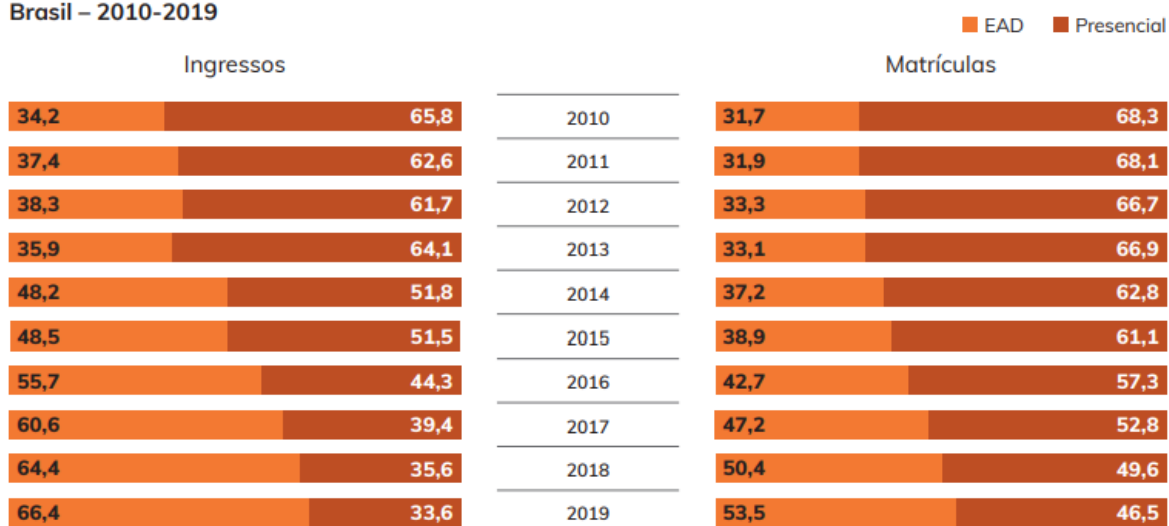
Figura 5 – Números da Educação superior no Brasil 2019¹²**Grandes números da Educação Superior – Brasil – 2019**

	Total	Público	Privado
Ingressantes	3.633.320	559.293	3.074.027
Matrículas	8.603.824	2.080.146	6.523.678
Concluintes	1.250.076	251.374	998.702
Docentes	399.428	186.217	213.211
Instituições	2.608	302	2.306

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.
Elaboração: Todos Pela Educação.

Fonte: MEC

Conforme a tabela acima, fica evidente a disparidade entre ingressantes em instituições públicas e privadas. 84,61% dos ingressos no nível superior em nosso país ocorreram no ensino privado. Uma das modalidades EAD em maior ascensão são os cursos voltados à docência:

Figura 6 – Percentual de matrículas e ingressos no Ensino Superior em cursos voltados à docência, por modalidade Brasil -2010-2019¹³**Percentual de matrículas e ingressos no Ensino Superior em cursos voltados à docência, por modalidade Brasil – 2010-2019**

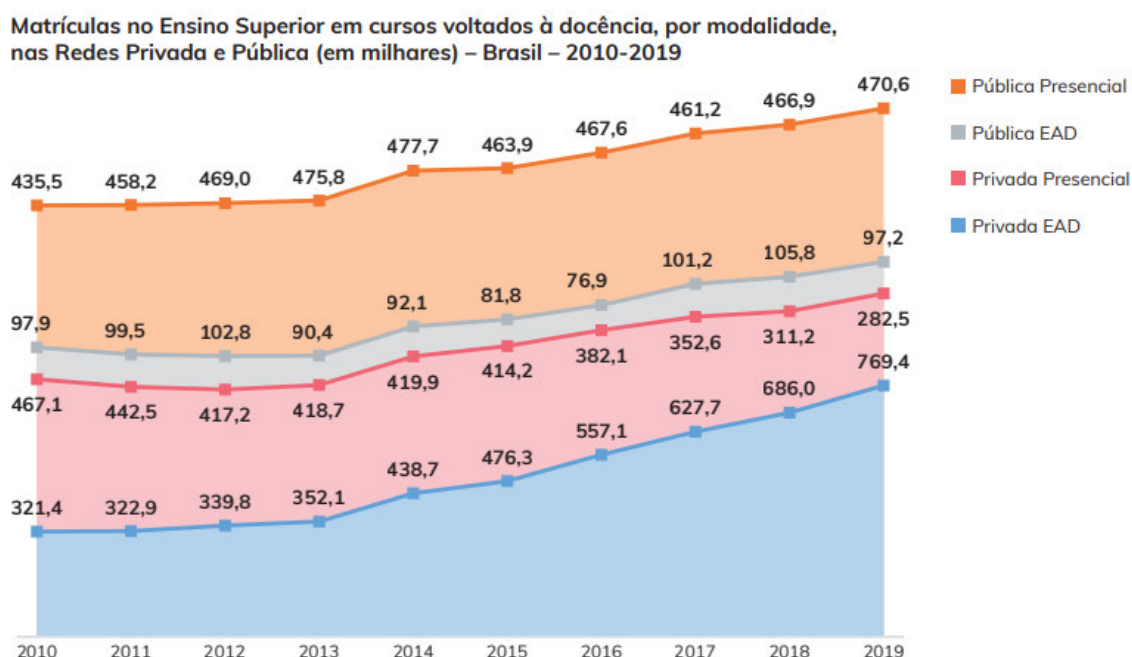
Fonte: MEC

¹² Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021.

¹³ Percentual de matrículas e ingressos no Ensino Superior em cursos voltados à docência, por modalidade Brasil – 2010-2019.

Houve um aumento nas matrículas dos cursos em licenciatura EAD e uma diminuição significativa dos cursos presenciais, fator que se mantém ao analisarmos os cursos EAD públicos e privados:

Figura 7 – Matrículas no Ensino Superior em cursos voltados à docência, por modalidade, nas Redes Privadas e Públicas (em milhares) Brasil – 2010 - 2019



A mercantilização da educação torna-se visível pela análise desses dados. A ideologia presente na desresponsabilização do Estado com a educação é iminente, afinal esses índices só foram possíveis através de interações do governo com instituições privadas, transferências do fundo público para corporações educacionais. Qual a intencionalidade política e econômica da mercantilização da educação? Qual o perfil dos ingressantes ao nível superior das faculdades privadas? A educação, ao assumir objetivos exclusivamente ao capital em detrimento de seus objetivos sociais, causa discrepâncias e afasta-se da equidade que nossa sociedade tanto necessita para construção de um país justo, com oportunidade para todos e com uma população crítica. Leher, atenta que

De fato, os exemplos de como o Estado contribui para a existência de um vasto “mercado educacional” são numerosos. O imenso espaço para negócios educacionais não é um fenômeno demográfico, mas político, pois decorre do reduzido alcance numérico das matrículas das instituições públicas de ensino superior, inferior a 25%. A pujança lograda pelas corporações que, no caso do ensino superior, possuem perto de 76% das

matrículas (2019) nada tem a ver com a suposta mão invisível do mercado ou com a ação visionária de empresários imbuídos de ‘responsabilidade social’. Foram as robustas isenções tributárias – inclusive ao setor explicitamente mercantil (Programa Universidade para Todos ProUni), o que não está previsto na Constituição –, os empréstimos subsidiados pelo Estado (BNDES) e os imensos repasses de verbas públicas, por meio do Fies, que criaram as condições para a expansão vertiginosa da educação mercantilizada, sob o domínio de grandes grupos com forte presença de fundos de investimentos em seus conselhos de administração e taxas de lucros muito acima da taxa média dos demais negócios, conforme é possível constatar pela análise do acórdão do TCU (TC 011.884/2016-9). (Leher, 2021, p.15)

Nessa mesma perspectiva, Gadotti (2005) esclarece que

Surgem então muitas “indústrias do conhecimento” que oferecem os mais variados pacotes educacionais para todos os gostos em acirradas disputas mercantis movidas pelo “marketing educacional”, vendendo educação como se vende um sabonete. A questão é ainda mais grave quando alguns políticos e economistas argumentam que se trata de uma questão de custos: é mais barato garantir esse direito através do mercado do que através do alto custo da educação pública. Entender a educação como uma despesa e não como um investimento. (Gadotti, 2005, p.2)

Os enunciados presentes nessa vertente da educação enquanto mercadoria não ocorreram repentinamente. Foram dialogicamente construídos em vieses de governos de direita, os quais incentivaram discursos falsos e sensacionalistas referentes ao que é público. Portanto, realizaram ataques principalmente às universidades e por consequência, aos estudantes universitários e aos professores. Sobre análise desse período, Silva Júnior e Fargoni constataam que

Em seu ano um, Bolsonaro e seus aliados apropriaram -se, por exemplo, do discurso de que a educação estava falida não pela falta de investimento, mas por causa do contingente de professores e servidores politicamente ideologizados nas escolas e universidades. Projetaram a culpa nos atores sociais que mais se engajam e cobram por medidas satisfatórias para o crescimento educacional no país. Indo além, injuriam e melindram quem se opõe, num desafeto inumano de aniquilamento de reputações sobrepondo o discurso religioso e esotérico acima da ciência. (Silva Júnior, Fargoni, 2020, p.19)

Nessa perspectiva, o cenário da educação superior brasileira, proposto pela política neoliberal, está condicionado ao mercado, onde os autores defendem que

O caso brasileiro ilustra grande parte do que está acontecendo na reorganização da estrutura da Educação Superior no mundo. E todo o peso burocrático deste sistema de financiamento das instituições e das pesquisas alavanca outro fenômeno o capital improdutivo, que por meio do controle estatal mínimo permite que grandes corporações dominem centros

acadêmicos gerando inovações com poucas soluções diretas para desigualdades locais e universais.(Júnior, Fargoni, 2019,p.48)

O caráter político-ideológico, representado pelo capitalismo e, atualmente, pelo neoliberalismo, moldou e continua a moldar o modelo de educação superior brasileiro. No momento no qual o objetivo da educação é priorizar os lucros privados, tornam-se grandes às possibilidades de priorizarmos o mercado em detrimento de um conhecimento científico baseado no crescimento da sociedade em diversos setores.

Diante os dados apresentados nesse capítulo, conclui-se que o alto índice de matrículas em cursos de licenciatura na modalidade de Educação a Distância (EaD) insere-se num projeto político-econômico de mercantilização da educação. Os resultados revelam aspectos negativos, considerando as lacunas nos índices de qualidades dessas instituições, os processos de ingresso facilitados, as formas de avaliação e a precariedade nas contratações dos professores de cursos, frequentemente denominados tutores. A premissa de ensino, pesquisa e extensão, fundamental no ambiente acadêmico, é prejudicada. Verifica-se uma formação superficial, na qual o foco empresarial, ou seja, a busca por lucros, torna-se o objetivo primeiro. O desenvolvimento de competências e habilidades dos educandos é substituído pelas metas mercantis, resultando em uma ausência de formação voltada para a consciência crítica e resultando em formações flexíveis direcionadas a uma educação utilitarista.

4.2 Um panorama dos discursos do campo educacional

O discurso presente nas premissas do mercado econômico permeia o campo educacional. Sendo a palavra “o fenômeno ideológico par excellence” (Volóchinov, 2021,p.98), evidencia-se o caráter ideológico específico da materialidade linguística nos termos e expressões que permeiam o universo das faculdades particulares, tais como: eficiência, agilidade, produtividade, alavancar, público- alvo, que estão embasando cursos superficiais para os estudantes. Isso reflete uma mudança social recente, uma vez que “Somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se” (Volóchinov, 2021, p.111).

Mais especificamente, o autor alega que

Nessa relação, o importante não é tanto a natureza sónica da palavra, mas a sua onipresença social. A palavra participa literalmente de toda interação e de todo contato entre as pessoas: da colaboração no trabalho, da comunicação ideológica, dos contatos eventuais cotidianos, das relações políticas, etc. Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social. É bastante óbvio que **a palavra será o indicador mais sensível das mudanças sociais**, sendo que isso ocorre lá onde essas mudanças ainda estão se formando, onde elas ainda não se constituíram em sistemas ideológicos organizados. A palavra é o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas daquelas mudanças que ainda não tiveram tempo de alcançar uma nova qualidade ideológica nem de gerar uma nova forma ideológica acabada. A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam. (Volóchinov, 2021,p.106)

Termos que ficaram conhecidos pelos brasileiros, como “balbúrdia”, “comunistas”, “baderneiros”, foram associados aos estudantes e docentes universitários nos últimos anos, fortalecendo um discurso que visa diminuir o valor do trabalho acadêmico. Essas palavras, utilizadas pela extrema-direita, produziram uma depreciação com o objetivo de criar repulsa social da população em relação às instituições acadêmicas. Propomos analisar as mais relevantes dessas escolhas lexicais, situando-as em um contexto histórico e ideológico específico. Conforme Bakhtin

Eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda minha vida é uma orientação nesse mundo; é reação às palavras do outro [...]. A palavra do outro coloca diante do indivíduo a tarefa especial de compreendê-la [...] o imenso e infinito mundo das palavras do outro são o fato primário da consciência humana e da vida humana.(Bakhtin, 2003, p.379)

O contexto histórico atual está imbricado numa perspectiva neoliberal com o intuito de enfraquecimento das instituições educacionais. Portanto, essas escolhas são frutos de uma construção de enunciados, não podendo ser analisadas por si sós. Elas estão relacionadas às construções políticas de determinado momento histórico, numa teia de discursos fraudulentos. O círculo de Bakhtin contribui com sua concepção de linguagem e de discurso para entendermos a linguagem e sua vivacidade, através de suas mutações e interações dentro dos conflitos sociais presentes na linguagem. Nesse sentido, Sobral e Giacomelli (2024) sintetizam que

O diálogo no âmbito do dialogismo é (1) uma forma de organizar por escrito as falas de uma interação, (2) um contato presencial ou virtual entre interlocutores; e (3) a maneira como a teoria procura explicar a instauração do sentido: o sentido nasce do diálogo, não do sistema linguístico ou do texto

em si. Diálogo na teoria é lugar de confronto, “arena” (Volóchinov, 2017), lugar em que se negociam sentidos, uma vez que, para a teoria, o sentido, ou tema, é irreiterável e não dado, instaurado na interação, criado por ela, a partir da significação, que é dada, reiterável, incluída no inventário da língua: o tema depende da significação, mas vai além dela porque é instaurado nas situações concretas (Sobral e Giacomelli, 2024,p.11).

As vozes presentes em enunciados usando “comunistas” para estudantes universitários estão permeadas de certo construto social, segundo estudos de Mariani,

Durante décadas, nos jornais do Rio de Janeiro, comunismo e comunistas foram substituídos por formas discursivas como maus brasileiros, inimigos da liberdade, inimigos da concórdia, sectários ferozes, inimigos da lei e da pátria, extremistas, doutrina alienígena e ditadura vermelha, dentre outras (Mariani, 1998, p.124 a 131).

A autora, através de sua análise afirma que

Podemos depreender nesse enunciado a dominância de um processo discursivo que produz um efeito de sentido de inimigo ameaçador, formulando um imaginário linguístico repetido durante aproximadamente seis décadas com apoio na imprensa escrita. O trabalho metafórico está no deslizamento do efeito de sentidos que migra de um partido político específico – PCB – para uma generalização – esquerda(s) – para, em seguida, sua sombra recair sobre outro partido político específico – PT – e, na sequência, em Lula, nome do fundador do partido e candidato à presidência. Vejamos: PCB....Esquerda(s)....PT....Lula....inimigo nefasto. (Mariani, 2019, p.278)

Ao pensarmos na educação universitária brasileira de forma sincrônica ao período analisado, percebemos a presença de certas construções ideológicas nas escolhas linguísticas, as quais se originaram em um momento de paradigmas políticos que propunham uma releitura extremamente violenta e perniciosa em relação aos universitários. Para entender esse processo, lembramos que, segundo Bakhtin,

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.(Bakhtin, 2010,p.47)

Fato relevante nesse contexto, e para nossa análise, é que, além da construção de “vozes”, destaca-se a maneira como as mensagens foram disseminadas. Ou seja, devido ao anonimato nas redes discursivas na internet, houve uma proliferação desenfreada de discursos cujas premissas vinham de *fake news*, sem nenhuma

criticidade por parte dos envolvidos na busca por fatos embasados na realidade. Bakhtin mostra o caráter complexo de discursos como esses:

Não se trata de pensamento, mas de intercâmbio de pensamentos, não se trata de um enunciado(isolado e autossuficiente), mas de um intercâmbio de enunciados no âmbito de uma dada sociedade. Uma ideia se torna real no processo de intercâmbio de ideias, isto é, no processo de produção do enunciado para o outro.(Bakhtin, 2016, p.149)

A palavra “comunista” na sociedade brasileira está intimamente no imaginário coletivo relacionada a partidos de esquerda, que por sua vez está relacionado a movimentos sociais das camadas populares. A palavra “balbúrdia”, registrada na língua portuguesa desde 1713 e com origem etimológica questionável, está, conforme o dicionário, relacionada à confusão, situação de difícil resolução e algazarra. No latim “balbus” significa “gago” ou “aquele que fala com dificuldade”; porém, ao longo dos anos, o termo foi ressignificado, passando a ser associado a situação de bagunça, desorganização e caos. Ao ser associada aos estudantes universitários como sinônimo de “baderneiros”, essa palavra contribui para inflamar o discurso ideológico da extrema-direita. Se, para o neoliberalismo, houve intencionalidade de ratificar um discurso contra os universitários e usar o termo como sinônimo de tumulto e desordem, para os universitários foi encarado como sinônimo de resistência e expressão. A “balbúrdia” emergiu num momento extremamente delicado na política brasileira, e no enfrentamento desses discursos linguísticos, foi possível perceber o quanto de autoritarismo e mesmo de misoginia estava camuflado em uma parte significativa da nossa sociedade.

A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto, ou seja, do discurso verbal concreto. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se repleta de forças vivas e, portanto, real. As condições da comunicação discursiva, as suas formas e os meios de diferenciação são determinadas pelas premissas socioeconômicas da época. São essas condições mutáveis da comunicação socio discursiva que determinam as alterações das formas de transmissão do discurso alheio analisado por nós. Além disso, parece-nos que, nessas formas em que a própria língua percebe a palavra alheia e a individualidade falante, expressam-se de modo mais proeminente e saliente os tipos de comunicação socioideológica que se alternam na história (Volóchinov, 2017,p.262)

Novamente, reiteramos o fato de que somos seres histórico e socialmente construídos, sendo, portanto importante analisar esses discursos no cenário atual do

ensino superior brasileiro. Para tanto, faz-se necessário uma análise diacrônica do ensino superior. Mota afirma que

O processo de criação da universidade no Brasil ocorreu de forma tardia, em decorrência da resistência de Portugal, em razão da colonização exercida sobre o Brasil, e por parte de brasileiros que não viam sentido em construir um estabelecimento de ensino superior na Colônia, pois consideravam que o mais apropriado era que as elites da época procurassem a Europa para fazer os cursos superiores. (MOTA, 2018, p. 21)

O ensino superior em nosso país ocorreu lentamente, um dos fatores era que a elite tinha condições de estudar em Portugal, a ocupação do espaço universitário brasileiro deu-se inicialmente para alguns seletos grupos, para atender as áreas de medicina, advocacia e engenharia. É de extrema importância analisarmos os princípios que nortearam o início do ensino superior brasileiro, nas palavras de Barreto e Figueiras (2007)

Do início da colonização até o ano de 1800, 2122 brasileiros foram ter à Universidade de Coimbra: 2 em 1577, 76 de 1601 a 1650, 278 de 1651 a 1700, 759 de 1701 a 1750 e 994 de 1751 a 1800¹⁹. Já no século XVIII alguns brasileiros também se dirigiram a outras universidades européias, sobretudo as de Montpellier e Edimburgo. No século XIX, com a Independência do Brasil, houve uma maior aproximação com outros países e a criação de cursos superiores no país; por essas razões a ida de brasileiros para estudar em Coimbra decresceu vertiginosamente .

Segundo os autores, “o ano de 1792 é a data do início das atividades de ensino superior no Brasil, sem interrupção, com a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeiro núcleo do que constituiria a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro”. De 1891 a 1910 foram criadas 27 escolas superiores no Brasil, em 1915 através do Decreto n.11.530 que reorganiza o ensino secundário e superior na República,

Art. 1º O Governo Federal continuará a manter os seis institutos de instrução secundária e superior subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dando-lhes autonomia didática e administrativa de acordo com as disposições deste decreto.

Segue abaixo dados referentes ao período de 1972/1998 do ensino superior,

Figura 8 - Dados referentes ao período de 1972/1998 do ensino superior

Tabela 2 - Matrícula no início do ano nos ensinos de 1º grau, 2º grau e superior - Brasil - 1972/1998

Ano	1º grau (fundamental)	Índice de crescimento	2º grau (médio)	Índice de crescimento	Superior (graduação)	Índice de crescimento
1972	18 370 744	100	1 299 937	100	688 382	100
1978	21 473 100	117	2 519 122	194	1 225 557	178
1985	24 769 359	135	3 016 138	232	1 367 609	199
1993	30 520 748	166	4 208 766	324	1 594 668	232
1998	35 792 554	195	6 968 531	536	1 947 504	283

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, v. 41, 198; anuário estatístico do Brasil 1987/1988. Rio de Janeiro: IBGE, v. 48, 19; anuário estatístico do Brasil, 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 54, 1994; anuário estatístico do Brasil, 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

Em relação ao período, Hasenbalg esclarece

Por sua vez, o ensino superior de graduação também parte de um tamanho muito reduzido no início do período. Mesmo quando as cifras dos primeiros anos não são exaustivas, contando somente as principais carreiras, é muito provável que o número de estudantes universitários em 1933 e 1940 não fosse superior a 30 000. O aumento das matrículas do ensino de graduação é de aproximadamente 12 vezes entre 1933 e 1968, mas esse aumento não é uniforme ao longo do período, acelerando-se na década de 1960. (HASENBALG, 2006, p.107)

Em 1936 foi publicado o segundo volume do Anuário Estatístico do Brasil apresentando dados mais específicos da educação superior, nesse momento o país contava com 248 unidades escolares superiores. Referente ao corpo docente, havia 79.745 profissionais, dos quais apenas 3.220 possuíam nível superior. Em 1960, o país possuía um total 616 unidades de ensino superior público e, 764 no ensino particular, o corpo docente era composto por 11.151 profissionais no ensino público e 8.722 no privado. A partir desse período, segundo dados do INEP

os instrumentos de coleta foram definidos e eram encaminhados anualmente, via correio, às instituições de educação superior (IES) e preenchidos manualmente. O Seec recebia os questionários respondidos, realizava crítica visual e, por meio da instalação do Centro de Processamento de Dados/MEC, procedia e controlava diretamente a apuração dos dados coletados¹⁴.

Após houve a criação do Ministério da Educação e Saúde, sancionado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. No período de 1984 a 1986, apenas 4,4% da

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/historico>

população brasileira tinha curso superior. Em 1994, o número de matriculados era de 1 661 034, Neves e Martins, afirmam que

Assim, como princípio orientador das políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980, o poder público optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, com um número limitado de vagas. No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Os exames de admissão eram menos competitivos e predominavam os cursos à noite. De 1970 a 1980, a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3% (Neto, Martins, 2014, p.97)¹⁵

Um marco temporal ocorrido durante os governos militares foi a Reforma Universitária de 1968, instituída pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, a qual estabelece normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio. A partir dessa reforma, houve uma mudança significativa no modelo das Instituições de Ensino Superior (IES), priorizando o tripé ensino, pesquisa e extensão. As autoras ratificam que

Assim, como princípio orientador das políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980, o poder público optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, com um número limitado de vagas. No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Os exames de admissão eram menos competitivos e predominavam os cursos à noite. De 1970 a 1980, a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3% (Durham, 2003).

Observa-se que o ensino superior brasileiro, desde o início, possibilitou a coexistência entre o público e o privado, posteriormente formalizado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Em relação às suas características,

As instituições de ensino superior no Brasil distinguem-se em: i) instituições universitárias: as universidades que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e que devem ter um terço dos professores com título de mestre ou doutor e um terço trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros

¹⁵ Este capítulo é uma versão modificada do capítulo Transformações recentes do ensino superior, a ser publicado no livro Educação Superior e os Desafios no Novo Século: contextos e diálogos Brasil-Portugal, de autoria de Carlos Benedito Martins e Maria Manuel Vieira (Martins e Vieira, 2014).

universitários, que se caracterizam pela oferta qualificada do ensino, não precisando manter atividades de pesquisa e gozando de autonomia para criar cursos ou vagas; e ii) as IES não universitárias: compreendem as faculdades e os centros e institutos tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino, não gozando de autonomia e que dependem do Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação de novos cursos e vagas (Neto, Martins, 2014, p.100).

A intenção de analisar o caminho percorrido pela educação brasileira no ensino superior, atrelado aos discursos negativos da política neoliberal sobre os universitários, é compreender o quanto a educação superior em nosso país foi elitista em grande parcela de sua história. Além disso, quando as ações afirmativas trouxeram avanços e promoveram maior acessibilidade, estas se tornaram alvo de ataques.

Segundo o Censo da Educação Superior 2022, no total de 2.595 IES, 12,0% são públicas e 88,0%, privadas

Tabela 2 - Censo da Educação Superior 2022

Categoria Administrativa	Total Geral	Organização Acadêmica			
		Universidade	Centro Universitário	Faculdade	IF e Cefet
Total	2.595	205	381	1.968	41
Pública	312	115	10	146	41
Federal	120	68	1	10	41
Estadual	133	41	1	91	n.a.
Municipal	59	6	8	45	n.a.
Privada	2.283	90	371	1.822	n.a.
Com fins lucrativos	1.449	23	223	1.203	n.a.
Sem fins lucrativos	834	67	148	619	n.a.

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior.

Em relação ao perfil dos alunos, quanto ao sexo, observa-se uma predominância do sexo feminino em todas as categorias administrativas. No que se refere à etnia, têm o seguinte percentual de estudantes: branca (35,9%), parda (26,7%), preta (6,5%), amarela (1,3%) e indígena (0,4%). Portanto, apesar dos avanços proporcionados por políticas afirmativas, como a Lei nº 12.711/2012, (Lei de Cotas), o número de estudantes negros atinge apenas 6,5%.

Essa breve análise do contexto histórico das IES brasileiras possibilita uma compreensão mais abrangente dos discursos neoliberais que atacam as universidades públicas. Sobral e Giacomelli (2024), apontam que

O horizonte social e histórico que a concepção dialógica leva em conta de modo algum se esgota no contexto imediato da interação, embora estes sejam seus fundamentos. Cada interação convoca não só o histórico de interlocuções dos sujeitos diretamente envolvidos como o histórico social de interlocuções de sua comunidade e sociedade, e mesmo de outras, como se evidencia ainda mais nestes tempos de globalização (Sobral e Giacomelli, 2024, p.14).

Como mostram os dados apresentados, fica evidente que, mesmo com políticas afirmativas, o ambiente acadêmico brasileiro foi e ainda é elitizado. Observa-se também o crescimento das universidades privadas e o quanto o discurso ideológico direcionado aos estudantes das universidades federais faz parte de um projeto que prioriza o setor privado. É preciso decifrar os interesses em jogo e os reais alcances das políticas, sob pena de apoiarmos mudanças e reformas que justamente reforçam e aprofundam as características mais negativas e perversas que se esperava superar (TRÓPIA, 2009, p. 01). Reafirmamos que os sujeitos não são assujeitados e, portanto, precisam estar atentos e continuar buscando uma educação transformadora, baseada na ética, na comunidade, na equanimidade e múltiplos letramentos.

5 CONTRATOS TEMPORÁRIOS DA SEDUC- RS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

A cidade do Rio Grande está localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul e se distancia, aproximadamente, 310km de Porto Alegre, a capital do estado. Foi fundada em 19 de fevereiro de 1737 e elevada à categoria de cidade em 27 de junho de 1835, sendo então a cidade mais antiga do estado (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2021). Segundo dados do IBGE (2021a), Rio Grande possuía uma população de 197.228 habitantes. Quanto ao aspecto econômico, através da divulgação da medição do índice de 2018, verificou-se que o município permaneceu na 5ª posição no ranking estadual e na posição 101 no ranking nacional (IBGE, 2021b).

A rede municipal de educação de Rio Grande, segundo consta a última publicação do censo escolar, conta com escolas municipais, estaduais, federal e da rede privada para atender as necessidades de sua população. No Ensino Fundamental foram registrados 24.374 alunos matriculados, 60% foram atendidos na rede municipal, 24% na rede estadual e 16% na rede privada. São disponibilizados

para a população 57 escolas municipais, 25 estaduais e 14 privadas (INEP, 2021a). O Ensino Médio possui 6.394 alunos com matrícula vigente, desses alunos 75% são atendidos por escolas estaduais, 13% são estudantes de escola federal e 12% são alunos da rede privada. Ao total, a cidade possui 22 estabelecimentos, sendo 13 escolas estaduais, 1 escola federal e 8 da rede privada (INEP, 2021a).

A escola federal referida é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, que oferece diversos cursos de Ensino Técnico integrados com o Ensino Médio, cursos técnicos subsequentes e cursos superiores para a comunidade (IFRS, 2020). Sobre o nível superior, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2019, a universidade possui 9.160 alunos regulares entre seus 61 cursos de graduação presenciais, desconsiderando as vagas de outras cidades. (INEP, 2020b).

Conforme dados apresentados nesta pesquisa sobre a profissão docente e, principalmente, em relação à forma contratual adotada no município de Rio Grande, constatou-se que o regime de contrato temporário tornou-se permanente. Com base nos dados desta pesquisa, observa-se o quanto estamos diante de um momento desafiador para o exercício da profissão docente. Essa postura adotada pelo Estado sinaliza uma redução na realização de concursos públicos, resultando na inacessibilidade de um plano de carreira para os professores que ingressam atualmente na rede pública. Segundo os dados fornecidos pela 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), o corpo docente estadual de Rio Grande é composto por 918 professores, dos quais 592 são efetivos e 326 atuam em regime de contrato temporário.

A inconstância inerente a esse tipo de contratação gera uma série de eventos negativos, com a ausência de direitos e a desvalorização curricular. Conforme já apresentado nessa pesquisa, diversos fatores ressoam negativamente, consideramos atentarmos para a formação continuada desses professores, atualmente, não há retribuição por titulação. A ausência de benefícios e incentivos pelos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado para os professores vinculados à Seduc-RS, difere do que ocorre nas esferas municipais e federais. Uma das revoltas do corpo docente é o baixo nível salarial comparado a outros cargos federados. O nível de escolaridade

docente é elevado em comparação a outros cargos e possuem uma remuneração muito abaixo. Além disso, os cursos de pós-graduação na área da educação tendem a ser menos valorizados, tanto em pontuação de titulação para concursos, como em remuneração.

Em 2024 o governo federal aprovou o CNU- Concurso Nacional Unificado, ao analisar os dados dos editais quanto aos títulos observa-se que, para os cargos referentes ao (B1-01, B1-04) referentes a cargos para Advocacia Geral da União - AGU, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, temos a seguinte remuneração:

Figura 9 - Dados do edital em referente aos títulos

Bloco 1	Cargos: Arquiteto, Engenheiro e Analista	(B1-06) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA	Cargo: Analista em Ciência e Tecnologia
Titulação	Retribuição por Titulação	Titulação	Retribuição por Titulação
Especialização	R\$ 474,43	Especialização	R\$ 992,52
Mestrado	R\$ 948,86	Mestrado	R\$ 1.933,13
Doutorado	R\$ 2.094,18	Doutorado	R\$ 4.161,21

Quadro de Atribuição de Pontos para Avaliação de Títulos	Valor de cada Título
Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) em qualquer área. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	6,0
Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) em qualquer área. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar.	4,0

Fonte: Elaborada pela autora baseado no edital N. ° 01/2024 - Concurso Público Nacional Unificado, 10 de janeiro de 2024.

Segue dados de alguns cargos referentes ao Bloco 2- Tecnologia, Dados e Informação; Bloco 3- Ambiental, Agrário e Biológicas; Bloco 4- Trabalho e Saúde do Servidor; Bloco 5 - Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Bloco 6 - Setores Econômicos e Regulação; Bloco 7 - Gestão Governamental e Administração Pública, quanto à titulação verifica-se que, em alguns cargos, pode haver uma retribuição correspondente ao dobro do valor para cargos que envolvam outros cursos, diferentes daqueles relacionados à licenciatura.

Figura 10 - Dados do edital em referente aos títulos e retribuições

(B2-03) - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (B2-03-A) - Cargo:		(B3-04-E) - Ambiental, Agrário e Biológicas	
Cargo: Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas		Cargo: Auditor-Fiscal Federal Agropecuário	
Titulação	Retribuição por Titulação	Titulação	Retribuição por Titulação
Especialização	R\$ 474,43	Especialização	R\$ 992,52
Mestrado	R\$ 948,86	Mestrado	R\$ 1.933,13
Doutorado	R\$ 2.094,00	Doutorado	R\$ 4.161,21

(B5-03-C) - Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos		BLOCO 7 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Cargo: Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas		(B7-03-H) - Cargo: Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas	
		Formação exigida: Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado em história	
Titulação	Retribuição por Titulação	Titulação	Retribuição por Titulação
Especialização	R\$ 474,43	Especialização	R\$ 474,43
Mestrado	R\$ 948,86	Mestrado	R\$ 948,86
Doutorado	R\$ 2.094,18	Doutorado	R\$ 2.094,18

Fonte: Elaborada pela autora baseado no edital N.º 01/2024 - Concurso Público Nacional Unificado, 10 de janeiro de 2024.

Observa-se uma disparidade na remuneração por titulação em diferentes áreas educacionais, conforme dados na Figura 10. Para cargos classificados no Bloco B-503-C, a titulação de mestrado corresponde a uma retribuição de R\$ 948,86, enquanto para cargos do Bloco B3-04-E, a mesma titulação resulta em uma retribuição de R\$ 1.933,13. Similarmente, para a titulação de doutorado, a retribuição é de R\$ 2.094,18 no âmbito educacional e alcança R\$ 4.161,21 no Bloco B3-04E. A formação continuada de professores ocorre na rede estadual pela plataforma Portal Educação RS, onde são ofertados trilhas formativas e outros cursos.

Figura 11 Trilhas formativas



Fonte:

Figura 12 – Outros cursos – trilhas formativas



Fonte:

Durante essa pesquisa houve um posicionamento recorrente quanto à importância do refletir sobre práxis docente e, quanto o regime contratual e a falta de um plano de carreira limitam as possibilidades do trabalhador em educação. Portanto, a questão defendida não irá dar enfoque aos aspectos positivos e negativos da plataformização no campo educacional, mas na disparidade entre possibilitar um olhar reflexivo e crítico, permitindo ao professor avaliar esse momento de uso de IAs, ChatGPT, e demais mídias impactando seus alunos. Como alerta, Dijck (2017)

No mundo da sociabilidade on-line, quando o comportamento humano é codificado em (meta)dados e mediado por plataformas, as distinções entre fatos, opiniões e previsões – entre objetividades, subjetividades e potencialidades – são gradualmente apagadas.

Torna-se discrepante, uma vez, que nos processos formativos ocorram de maneira superficial e rasa, não respeitando um tempo para desenvolver os cursos e, sim, sobrecarregando os profissionais envolvidos. O olhar crítico na sua práxis docente necessita, prioritariamente, de tempo. Algo escasso aos professores em regime de contrato temporário. De certa forma, com o aumento de atividades online impostas aos professores, como; diários online, planejamentos e a crescente plataformização da educação, o olhar reflexivo não encontra esse trabalhador exausto e banido de seus direitos fundamentais.

A racionalidade neoliberal produz subjetividades, além de ser uma das condições de possibilidade para o que tem se denominado de plataformização dos processos de trabalho. Esse talvez seja um ponto de enlace entre o neoliberalismo, as tecnologias digitais e a docência. Os professores não apenas trazem contribuições à economia, mas vão sendo submetidos à lógica neoliberal. Desse modo, a atividade docente, que tem um custo e um rendimento, é vista como um produto. (Bortolazzo, pg.14,2022)

No artigo Platformisation, publicado em 2019, os autores esclarecem o significado das plataformas que originam o termo: infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementares, organizações por meio da coleta sistemática, do processo algorítmico, da monetização e da circulação de dados. O conceito é analisado incluindo estudos de software, economia política crítica, estudos de negócios e estudos culturais. Defendem que,

Plataformização é definida como a penetração das infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida, bem como a reorganização das práticas culturais e dos imaginários sociais em torno dessas plataformas(Dijck, et al.,2019, p.4).

Além dessas perspectivas, em (Van Dick; Poell; Wall, 2018), as autoras denominam o termo " platform society" ou a sociedade da plataforma.A "sociedade da plataforma" não apenas desloca o foco do econômico para o social; o termo também se refere a uma disputa profunda entre o ganho privado e o benefício público em uma sociedade onde a maioria das interações é realizada via Internet. Embora as plataformas supostamente aumentem os benefícios personalizados e os ganhos econômicos, elas simultaneamente exercem pressão sobre os meios coletivos e os serviços públicos.(VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.2)

A incongruência manifesta-se entre a plataformização dos processos formativos para professores e o objetivo declarado do sistema educacional de promover uma prática reflexiva e crítica mediada por essas plataformas. Ao mesmo tempo, o sistema sobrecarrega os docentes com demandas burocráticas e formações superficiais, inviabilizando o desenvolvimento de uma reflexão aprofundada sobre sua prática pedagógica. Portanto, evidencia-se uma tensão entre as dinâmicas neoliberais, que priorizam a eficiência e o controle, e a necessidade de tempo e condições adequadas para implementar processos formativos de qualidade. Essa tensão compromete tanto a formação quanto a atuação docente, com impactos diretos na qualidade da educação.

Ao refletirmos sobre a utilização de plataformização no processo formativo docente, é imprescindível considerar as implicações do termo “plataformização”. Esse conceito está inserido em um contexto político e econômico, caracterizado pelo uso de dados, rastreamento de perfis comportamentais, monitoramento e seleção de conteúdos. Não se trata de adotar uma postura contrária ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na formação de professores, mas de atentar para a superficialidade de cursos que, prioritariamente, buscam demonstrar quantitativamente sua realização, muitas vezes desconsiderando a qualidade da formação oferecida. Além disso, observa-se que os professores, frequentemente, são obrigados a utilizar essas plataformas fora de seu horário de trabalho, sem a devida remuneração. A esse cenário, soma-se o fato de que os critérios avaliativos desses cursos, em muitos casos, apresentam-se questionáveis, comprometendo a efetividade do processo formativo.

As plataformas educacionais devem ser analisadas criticamente pelos profissionais da educação, especialmente no que se refere ao uso e à gestão dos dados. Nesse contexto, alguns questionamentos tornam-se essenciais: Quem são os responsáveis pelo armazenamento desses dados? Qual é a regulamentação jurídica que orienta o compartilhamento de informações entre órgãos federados e empresas privadas? De que forma a sociedade deve lidar com exposição objetiva e subjetiva decorrente dessa prática e as implicações para a sua existência? Qual será o impacto sobre nossa liberdade individual, considerando, inclusive, a possibilidade de sua restrição? Quais são os critérios de seleção de conteúdos e os referenciais teóricos

utilizados nas plataformas educacionais? Como ocorre a validação do trabalho docente através do uso de IAs? E, por fim, como ocorre a validação do trabalho docente mediado por Inteligências Artificiais(IAs)?

Embora tais questões sejam numerosas, as respostas ainda se mostram limitadas. Para iniciar esse debate, é fundamental compreender minimamente os conceitos de Big Data, Datificação e Dataísmo, que estão intrinsecamente relacionados a esse cenário. Segundo Magrani (2028), Big data é uma expressão em evolução que descreve qualquer quantidade volumosa de dados estruturados, semiestruturados ou não estruturados que têm o potencial de ser explorados para obter informações. Suas características relacionam-se aos “3 Vs”: volume, variedade e velocidade. O objetivo é organizar, de forma estruturada, o grande volume de dados que circulam nas redes sociais. A autora corrobora que “é mais que um emaranhado de dados, pois é essencialmente relacional”, “o que a internet fez foi dar uma nova dimensão, transformando-o”. “ Para bem entender essas transformações, precisamos compreender que o big data somos nós”.

Quanto à Datificação, Dijck(2013) atenta que

As empresas e as agências governamentais exploram as pilhas exponencialmente crescentes de metadados coletados a partir da mídia social e plataformas de comunicação, tais como Facebook, Twitter, LinkedIn, Tumblr, iTunes, Skype, YouTube, e serviços gratuitos de e-mail, como o Gmail e o Hotmail, para rastrear informações sobre o comportamento humano. (Dijck, 2013)

Portanto, a intenção é quantificar os comportamentos humanos e manipular opiniões, pensamentos e preferências de consumo. Segundo Dijck(2013) o “paradigma da datificação desempenha, assim, um papel profundamente ideológico na intersecção entre sociabilidade, pesquisa e comércio – um inextricável nó de funções que têm sido subavaliadas”. O Dataísmo, segundo Santaella e Kaufman (2021), trata-se

muito mais uma filosofia, ou melhor, uma ideologia ou uma nova religião, adorada por alguns e abominada por outros, uma nova versão dos conflitos milenares entre fiéis e hereges, apenas que, agora, os templos foram substituídos pelas olímpicas forças do capitalismo de dados, capitalismo de vigilância ou neocolonialismo digital segundo o batismo dos críticos. (Santaella;Kaufman,2021).

O projeto neoliberal de desmonte da escola pública está ocorrendo em diversos setores da educação, conforme denunciado nessa pesquisa. Esse processo abrange desde o tipo de contratação de professores até a utilização da plataformização. Reiteramos que não somos contrários ao uso de tecnologias no ambiente escolar; somos contrários à transformação da escola em um espaço voltado exclusivamente à certificação e quantificação, em detrimento da aprendizagem. A intenção é denunciar que a plataformização sem considerar a realidade da comunidade escolar, constitui uma política que precisa ser analisada de forma crítica. Em relação ao trabalho docente, essa política aumenta o número de atividades a serem realizadas pelos professores e reduz a autonomia pedagógica. Isso ocorre porque não há um debate efetivo sobre a práxis pedagógica, havendo, em vez disso, uma centralização nas decisões sobre os conteúdos disponibilizados por meio de plataformas e nos cursos de formação docente.

Outro fator relevante são os mecanismos de controle que ocorrem através da utilização de aplicativos nos quais são inseridas notas e diários de atividades. Esses aplicativos permitem rastrear todas as ações realizadas pelos docentes, corroborando as ideias de Byung-Chul Han no livro *Sociedade do Cansaço*, “o hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais”. Atenta para uma “sociedade do desempenho”, caracterizada pelo trabalho ininterrupto, pela forte pressão e pelo autogerenciamento, fundamentada em um positivismo tóxico. Ele afirma que “a positividade do poder é bem mais eficiente do que a negatividade do dever”, destacando como essas dinâmicas impactam o sujeito contemporâneo.

O aumento da demanda de trabalho dos professores e gestores escolares, aliado à pressão por desempenho, elevação de índices e competitividade dentro e entre as escolas, dificulta ainda mais a reflexão sobre as transformações provocadas pelo avanço da tecnologia educacional. Segundo Dussel e Caruso (2003),

Como professores e alunos, estivemos, estamos e estaremos na sala de aula por muito tempo. Entretanto, na agitação da rotina de aprender e de ensinar, nem sempre paramos para pensar qual é realmente esta situação, tão importantes para nos definirmos como docentes e pedagogos. O fato de “ocuparmos” uma sala de aula não significa automaticamente que a “habitamos”.[...] estaremos ocupando a sala de aula, de maneira passiva, na qual simplesmente nos acostumamos a coisas já existentes.[...] Habitar um espaço é, portanto, uma posição ativa. (Dussel;Caruso, 2003,p.26)

Ao refletir sobre os princípios que norteiam a plataformização, percebe-se uma centralização nos saberes apresentados aos estudantes, com foco em índices e sem considerar a realidade dos alunos. A maioria dos estudantes da rede estadual possui acesso a celulares, mas não a computadores, e muitas plataformas disponibilizadas apresentam limitações em relação aos dispositivos utilizados. Um exemplo é a plataforma Árvore de Livros, disponibilizada para os alunos da SEDUC- RS, onde a leitura pelo celular faz-se com dificuldades. Ou seja, se houvesse uma real participação dos professores da rede na escolha de plataformas, seria possível obter maior assertividade na utilização e seleção de dispositivos viáveis à realidade dos nossos alunos. Isso evitaria altos investimentos que favorecem setores privados da economia, mas que não impactam de forma eficaz os nossos estudantes. A seguir, apresentam-se dados referentes à pesquisa realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR(Nic.Br)¹⁶.

Abordar práticas pedagógicas nesse contexto implica avaliar diversos fatores, como: matriz curricular; projetos pedagógicos, habilidades e competências desenvolvidas com os alunos, formação continuada dos docentes. Portanto, minimizar substancialmente esses fatores sem mecanismos que avaliem os efeitos das plataformas educacionais, considerando seu potencial de transformação social, é inadequado. Alerta-se para o poder de vigilância governamental diante das plataformas direcionadas à educação, que detêm dados e perfis, utilizam o fluxo dos algoritmos para enfatizar determinados discursos e materiais didáticos.

¹⁶ O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) é responsável pela produção de indicadores sobre a Internet no Brasil, que são referência para a elaboração de políticas públicas sobre tecnologias como o computador, o celular e a Internet. É um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), órgão vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Figura 13 – Pesquisa realizada Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

Nunca usou um computador		
Grau de Instrução	Analfabeto/Educação Infantil	98
	Fundamental	66
	Médio	31
	Superior	8
Faixa Etária	De 10 a 15 anos	31
	De 16 a 24 anos	17
	De 25 a 34 anos	22
	De 35 a 44 anos	34
	De 45 a 59 anos	55
	De 60 anos ou mais	75
Renda Familiar	Até 1 SM	61
	Mais de 1 SM até 2 SM	49
	Mais de 2 SM até 3 SM	32
	Mais de 3 SM até 5 SM	23
	Mais de 5 SM até 10 SM	14
	Mais de 10 SM	4

Fonte: Adaptado NIC.br

O acesso à internet é quase universal nos lares brasileiros, principalmente devido ao uso de smartphones. No entanto, as ações realizadas pelo celular diferem daquelas realizadas pelo computador, especialmente em atividades educacionais. A pesquisa corrobora a existência de disparidades no acesso a computadores, diretamente relacionadas ao grau de escolaridade, faixa etária e renda¹⁷. Conforme o estudo, “60% dos entrevistados se conectam à rede apenas pelo celular, enquanto 40% utilizam tanto o celular quanto o computador. Nas classes D e E, as proporções foram de 86% e 13%, respectivamente.”

Menezes Neto e Moraes sobre as Tecnologias preditivas, aquelas que buscam prever e intervir no comportamento dos usuários, afirmam

Já a classificação tem como finalidade dizer “o que você é”, ou seja, agrupar distintos indivíduos em virtude de semelhanças compartilhadas entre eles. A tecnologia sob análise é extremamente hábil no reconhecimento de padrões em conjuntos de dados aparentemente desconexos. Essa classificação não necessariamente corresponde à autotransformação do sujeito, mas às categorias que forem estabelecidas pelo sistema. Como consequência dessa classificação, ocorre também a avaliação, ou seja, a análise preditiva do

¹⁷ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: pesquisa TIC Domicílios, ano 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2024/domicilios/>

resultado esperado na interação do indivíduo com o ambiente, com o seu grupo e com outros indivíduos. (Menezes Neto; Moraes, 2018,p.1138)

A ideia de autonomia defendida pelos gestores de plataformas pode esconder efeitos nefastos de um controle comportamental. Embora os educadores não participem da seleção das plataformas utilizadas na escola, estar ciente das questões políticas e econômicas envolvidas nesse processo o habilita a estar mais atento.

5.1 O SILENCIAMENTO DOS PROFESSORES CONTRATADOS: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Segundo os dados disponíveis no Painel de Informações de Pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado, o quadro do magistério estadual conta com 40 mil vínculos de professores ativos e 20 mil vínculos de professores temporários. A 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que abrange o município de Rio Grande, possui 30 estabelecimentos de ensino na esfera estadual, o corpo docente é composto por 918 professores, dos quais 592 são efetivos e 326 atuam em regime de Contrato Temporário.

Faz-se relevante retomar os objetivos desta pesquisa: analisar o impacto do regime de contratos temporários no magistério estadual, com ênfase no município de Rio Grande(RS), e investigar as transformações contemporâneas na profissão docente. A pesquisa se estendeu em três fases: a primeira consistiu na investigação diacrônica da condição do profissional docente, buscando a identidade desses sujeitos no cenário brasileiro; a segunda fase envolveu a análise da legislação que regulamenta o regime de contratos temporários nas redes estaduais; por fim, a terceira fase, dados estatísticos que evidenciam a precarização do trabalho docente numa perspectiva neoliberal.

Esse percurso, ao analisar o trabalho docente, possibilitou um panorama da situação preocupante na carreira do magistério, evidenciada pelo fato de haver um número maior de professores temporários em comparação aos contratados efetivos. Diante do cenário apresentado nesta pesquisa, identificou-se a necessidade de registrar as vozes dos professores. No entanto, conforme apontado, a falta de tempo e as demandas decorrentes do trabalho em plataformas inviabilizam um contato

direto. Assim, considerou-se a possibilidade de aplicar um questionário online, com o objetivo de escutar as percepções daqueles que vivenciam o cenário analisado nesta dissertação.

Houve a preocupação em manter o anonimato dos participantes. O critério de seleção dos entrevistados foi que fossem professores em regime de contrato temporário no município de Rio Grande. Considerou-se a possibilidade de que os entrevistados, ao receberem o formulário divulgado pelo endereço eletrônico da Seduc-RS, pudessem hesitar em expor suas opiniões, dado o contexto de instabilidade a que estão submetidos esses profissionais. Ademais, como a identidade dos participantes não era relevante para a pesquisa, tal informação não foi solicitada. O individualismo de nossa cultura preza acima de tudo a autonomia e a independência de cada sujeito.

Por outro lado, a convivência social pede que se traguem doses cavalares de conformismo.(CALLIGARIS, 2000, p. 27) Esse aspecto pode ter influenciado o número de respostas obtidas na pesquisa. O formulário foi inicialmente enviado por e-mail para à Seduc-RS, que possui acesso aos contatos dos professores vinculados a 18º CRE. No entanto, não houve garantia de que o e-mail foi efetivamente repassado aos professores. Diante disso, a pesquisadora, na qualidade de professora da rede, encaminhou o formulário a alguns diretores de escolas, que, por sua vez, repassaram o material aos docentes.

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio da aplicação de formulários via Google Forms, com o título Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário, totalizando 38 perguntas, abrangendo diversos aspectos relacionados ao perfil dos participantes, como idade e gênero, optando-se pela não identificação dos nomes dos entrevistados Na sequência, foram incluídas perguntas sobre o vínculo profissional dos participantes, como tempo de atuação, séries lecionadas, disciplinas ministradas e formação acadêmica.

Além disso, incluiu-se um conjunto de questões subjetivas, que investigaram as motivações, níveis de satisfação, relacionamento com seus pares e alunos, bem como percepções sobre o ambiente de trabalho e recursos didáticos disponíveis. Embora a maioria das perguntas fosse de múltipla escolha, foi reservado um espaço ao final do formulário para que os participantes expressassem aspectos que não tivessem sido abordados nas perguntas anteriores . A partir do formulário utilizado

pela plataforma do Google Forms, foram coletados dados de 24 participantes nesta pesquisa para avaliar o nível de satisfação dos professores.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos ao perfil dos professores em regime de contrato temporário, considerando a faixa etária e identidade de gênero.

Tabela 3 – Perfil dos participantes

Pergunta	Percentual	
Idade	Entre 27 e 39 anos	33,3%
	Entre 40 e 51 anos	37,5%
	Entre 52 e 60 anos	8,4%
	Mais de 60 anos	20,8%
Identificação de gênero	Masculino	33,3%
	Feminino	66,7%

Fonte: A autora (2024)

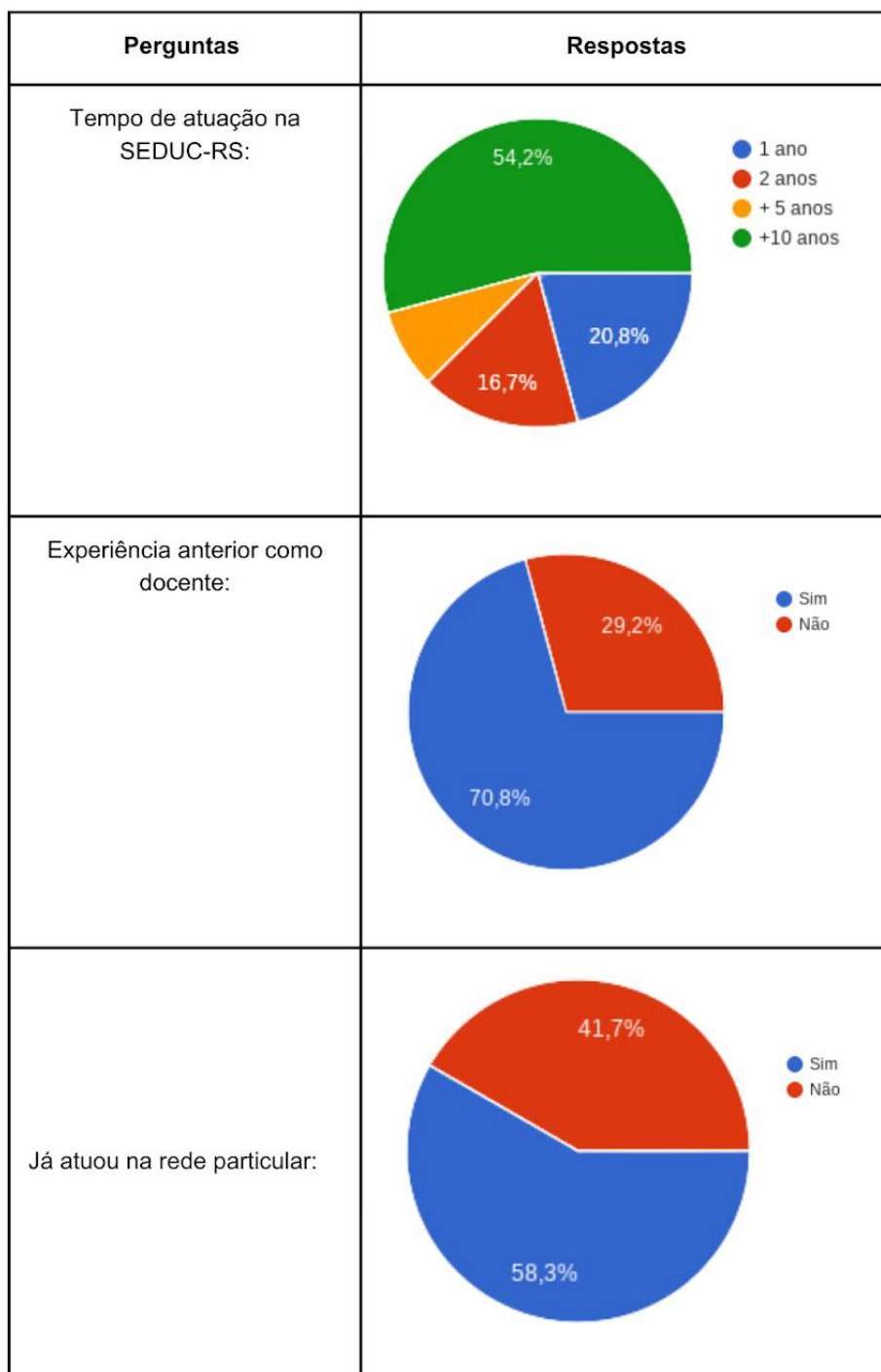
A partir da Tabela 1, pode-se verificar que a maioria dos entrevistados, pertence à faixa etária entre 40 e 51 anos, representando 37,5% ; seguido de 27 a 39 anos com 33,3%, de 52 a 60 anos com 8,4% e acima de 60 anos com 20,8%. Na investigação não houve representação na faixa etária entre 18 a 26 anos. No que se refere ao gênero, constatou-se que a maioria pertence ao gênero feminino, representado por 66,7% e 33,3% do gênero masculino.

Os resultados indicam que, entre os professores acima de 52 anos, há a necessidade de permanecerem em atividade, mesmo após alcançarem tempo suficiente para aposentadoria, especialmente após a reforma da previdência. Dessa forma, professores que ingressaram após 14/11/2019¹⁸ devem atender à idade mínima de 57 anos (mulheres) e 60 anos (homens) para se aposentarem, muitos permanecem na ativa para complementação financeira. No que se refere ao gênero, constatou-se que a maioria pertence ao gênero feminino, representado por 66,7% e 33,3% do gênero masculino. A feminilização do magistério envolve aspectos históricos e sociais, considerando que foi uma das primeiras profissões amplamente ocupada por mulheres.

¹⁸ Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

Com relação às perguntas sobre o vínculo profissional dos participantes, conforme o gráfico 1:

Gráfico 1 – Vínculo profissional dos participantes

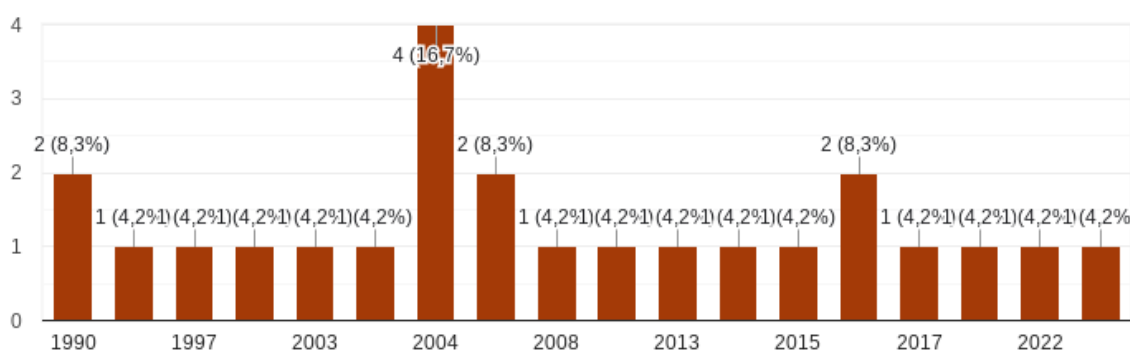


Fonte: A autora (2024)

Observou-se que 54,2% dos participantes possuem vínculo em regime de contrato temporário há mais de 10 anos, o que ratifica a análise exploratória sobre o caráter “emergencial”, que, ao longo do tempo, transformou-se em um estado permanente. Constatou-se também que a maioria, 70,8%, já possuía experiência docente antes de iniciar seu contrato com a Seduc- RS. Em relação à atuação docente, identificou-se que a maioria, 62,5%, leciona no Ensino Médio, enquanto 41,7% no Ensino Fundamental - Anos Finais, 16,7% atua no Ensino Fundamental-Anos Iniciais e 8,3% na Educação de Jovens e adultos (EJA).

Quando questionados sobre a conclusão da graduação, 75,8% dos participantes informaram que já haviam finalizado esse nível de formação. No município de Rio Grande, entre os entrevistados, percebe-se que, embora os editais de contratos temporários aceitem docentes ainda em formação, essa situação não foi observada nos dados coletados. E, 100% dos professores realizaram sua graduação em instituições públicas, 75% afirmou participação em projetos de iniciação à docência durante a graduação. No gráfico 2, é apresentado o ano de conclusão da graduação pelos participantes.

Gráfico 2 – Ano de conclusão da graduação dos participantes



Fonte: A autora (2024)

Questionou-se sobre a escolaridade atual dos docentes, sendo que a maioria 87,5% possui pós-graduação, enquanto 75% confirmaram participação em cursos de formação continuada. Adicionalmente, 33% dos professores declararam possuir uma segunda graduação. Ainda, perguntou-se sobre a principal motivação que os levou a escolher a docência. A maioria, 50% informou que a decisão foi tomada por vocação/

oportunidades, enquanto 25% mencionaram ter sido motivados por oportunidades profissionais. Quanto à atuação docente, os participantes foram questionados com base em três alternativas: "Realizado(a) profissionalmente", "Satisfeito" e "Insatisfeito".

Observa-se que a maioria, correspondente a 58,3%, considerou-se satisfeita com sua atuação. Com relação ao relacionamento no ambiente de trabalho, quanto à equipe diretiva, 95,8% relataram sentir-se acolhidos, quanto ao senso de pertencimento ao quadro docente, 91,7% afirmaram sentir-se participativos. Quanto ao relacionamento com os alunos, 87,5% relataram ser tratados com afetividade. Como panorama, nesses últimos questionamentos conclui-se que a maioria dos participantes avalia satisfatoriamente a qualidade das suas relações no espaço escolar.

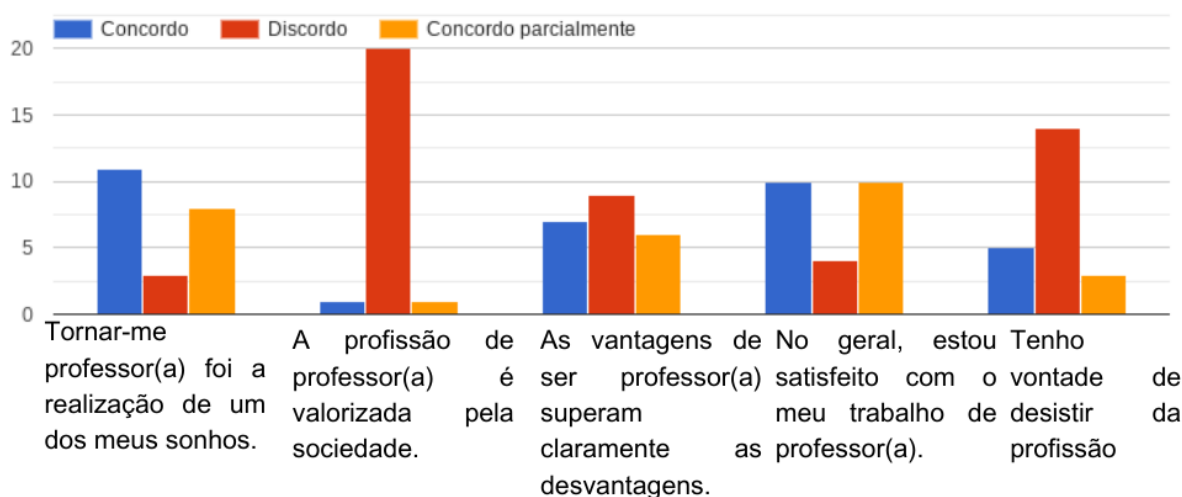
Gráfico 3 – Relação dos participantes com o espaço escolar em que atuam



Fonte: A autora (2024)

No gráfico 3, observa-se uma discrepância: 95,8% dos docentes afirmaram sentir-se seguros em relação ao conteúdo ministrado em suas disciplinas; entretanto, 70,8% relataram possuir apenas um conhecimento mediano sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este dado levanta questionamentos sobre a importância de os docentes possuírem um entendimento aprofundado de um documento que estabelece diretrizes e objetivos fundamentais para a educação básica brasileira. Ressalta-se a relevância de alinhar as especificidades das disciplinas às competências e habilidades citadas no documento, a fim de garantir uma prática pedagógica consistente e integrada.

Gráfico 4 – Realização profissional dos participantes



Fonte: A autora (2024)

Analisando as proposições apresentadas aos docentes, percebe-se uma dualidade: 50 % afirmaram sentir-se realizados com a profissão, enquanto uma minoria de 13,64% relatou estar insatisfeita e 36,36% concorda parcialmente. Quando questionados sobre a possibilidade de desistirem da docência, 58,33% discordaram, indicando que valorizam sua profissão e pretendem continuar exercendo-a, mesmo diante das adversidades. No entanto, 83,33% dos participantes concordaram que a profissão docente não é valorizada socialmente, e 37,5% enxergam mais desvantagens do que vantagens em sua atuação profissional.

Em relação às dificuldades enfrentadas no exercício da profissão, 70,8% dos participantes apontaram a faixa salarial como o principal desafio. Em seguida, foram mencionados o número de horas-aula e o relacionamento com os alunos, cada um representando 16,7% das respostas. No espaço reservado ao final do formulário para

possíveis observações, os professores reforçaram dados já identificados durante o questionário, como a má remuneração e a carga excessiva de trabalho. Além disso, foi apresentado um novo dado referente ao descontentamento com as disciplinas do Novo Ensino Médio.

O objetivo deste formulário foi aferir as características do trabalho docente no regime de contrato temporário, a fim de obter um panorama específico sobre esses profissionais no município de Rio Grande. É importante ressaltar que as investigações sobre o regime de contrato temporário de professores não se esgotam nesta pesquisa, visto que foram identificadas algumas lacunas, como o número reduzido de professores que responderam ao formulário.

Contudo, considera-se esta pesquisa oferece uma base inicial para a fundamentação de estudos futuros. Dentre as limitações metodológicas, destaca-se o alcance restrito de participantes. A intenção inicial era de um número mais abrangente de professores, o que possibilitaria uma comparação mais consistente entre os dados adquiridos na análise bibliográfica e na legislação referente ao regime de contratação, bem como os dados coletados.

Todavia, os dados obtidos servem como uma base inicial de pesquisa, considerando tratar-se de uma análise específica do município de Rio Grande, onde se observa uma escassez tanto na literatura científica quanto na disponibilidade de bases de dados. Apesar disso, encontram-se pesquisas científicas que analisam a situação dos professores no estado como um todo, mas não especificamente no município em questão. Esses dados contribuem para o escopo dessa dissertação ao chamar atenção para as especificidades inerentes ao momento atual da profissão docente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta de Drummond, “José para onde?”, não encerra a conclusão deste estudo. Situar de forma definitiva os professores em regime de contrato temporário ainda não é possível. Faz-se necessário um número maior de pesquisas sobre essa temática, a fim de, por meio de análises quantitativas e qualitativas, mensurar com maior precisão os impactos desse modelo de contratação. No entanto, o trabalho desenvolvido nesta dissertação oferece ao leitor uma oportunidade de reflexão crítica sobre as políticas de contratação temporária e suas implicações para a educação pública no município de Rio Grande, na esfera estadual.

Em um contexto no qual uma medida inicialmente caracterizada como excepcional passou a ser adotada como prática recorrente. Se, no início, esse tipo de contratação se justificava pela necessidade de manutenção do quadro de funcionários, para garantir que não faltassem professores em sala de aula e na redução dos gastos públicos, pode-se afirmar que, ao longo do tempo, ocorreram modificações significativas nesse processo. Portanto, o regime de contrato temporário consolidou-se como um ato jurídico válido e recorrente, que exerce impacto expressivo e decisivo no futuro da profissão docente, afetando diretamente as condições de trabalho, a estabilidade profissional e a valorização desses profissionais no sistema educacional.

Um sujeito socialmente ativo pressupõe uma compreensão ampliada acerca das mudanças significativas relacionadas às novas formas de ser professor. Sendo assim, a questão não se limita apenas ao conhecimento das instruções legais sobre a temática, mas também exige uma análise crítica de nossa ação responsiva diante de uma profissão exposta à precariedade. Nesse entendimento, o regime de contratação temporária resulta na precarização das condições de trabalho dos professores, evidenciando um aumento significativo no número de docentes temporários em comparação aos efetivos, refletindo um cenário preocupante para a carreira do magistério.

Uma das premissas dos estudos da linguagem, especialmente na análise dialógica do discurso, é a consideração dos enunciados e das interações mediadas

por signos linguísticos. Nesse sentido, situar um regime contratual específico e suas implicações em uma análise de categoria profissional complexa como a docência permite, através da teoria dialógica, a percepção das vozes que contribuem para o imaginário individual e coletivo sobre essa categoria, bem como para a precarização decorrente de vertentes políticas de viés neoliberal. Aferiu-se, por meio da análise de enunciados passados e atuais, que há uma precarização construída através da desvalorização social.

A educação brasileira tem experimentado oscilações entre avanços e retrocessos. Conforme analisado nesta pesquisa, dados legislativos indicam que direitos constitucionais assegurados, como o acesso a planos de carreira e à formação continuada, estão ameaçados por contratos temporários. Essa perspectiva estatal, que percebe a educação mais como despesa do que como investimento, transfere a responsabilidade exclusiva da formação continuada para os profissionais da educação. Além disso, observa-se a prevalência de formações superficiais, cujo objetivo primeiro é o cumprimento de índices estabelecidos por propostas internacionais.

A identidade dos profissionais da educação no cenário brasileiro contemporâneo está marcado pelo desprestígio, profissão que exige formação específica e continuada, embora ofereça baixos índices salariais, dificultando a valorização da categoria. Na esfera estadual, o ambiente físico de trabalho, ainda carece de instalações adequadas para promover um ambiente de aprendizagem propício. Com a nova legislação previdenciária, benefícios como a redução de tempo de serviço, independentemente da idade, foram eliminados.

Além disso, o plano de carreira, um instrumento de valorização da carreira docente, exclui os professores temporários, conforme constatado nesta pesquisa. Quanto à prática pedagógica, inúmeras ações ainda precisam ser implementadas, especialmente aquelas voltadas para a reflexividade do professor em relação às teorias e metodologias pedagógicas. Esses processos exigem formação continuada e condições de trabalho apropriadas para serem efetivadas.

A análise realizada demonstra que as lacunas nos processos de formação docente têm origem desde o início da organização da educação estatal. Quanto à valorização social da docência, evidencia-se que ela oscila ao longo dos diferentes momentos históricos. No âmbito político, os profissionais da educação enfrentam

avanços e retrocessos, refletindo as dinâmicas e tensões que permeiam a história da educação brasileira.

O regime analisado, além das consequências já apontadas, evidencia um silenciamento dos educadores. Considerando o perfil socioeconômico dos estudantes de licenciatura, observa-se uma valoração positiva em ingressar na rede estadual por meio de contratos temporários. Discentes ainda em formação e docentes no início de carreira percebem essa oportunidade como um marco inicial relevante para atuar imediatamente em sua área de formação. No entanto, ao vivenciar as adversidades impostas pelo regime, muitos profissionais se sentem intimidados, especialmente devido à prerrogativa de rescisão contratual a qualquer momento. Um fator relevante, particularmente no município em análise, é o contexto de interior, onde a atuação em múltiplas escolas favorece o reconhecimento mútuo entre os profissionais. Tal cenário gera receio de possíveis retaliações ao reivindicarem direitos, o que foi corroborado pelos dados obtidos na presente pesquisa, a partir do número de participantes entrevistados.

A prática pedagógica dos professores temporários apresenta diversas lacunas, iniciando pela formação continuada. Ao lecionarem 40h semanais, ingressar em programas federais de pós-graduação torna-se uma meta difícil de ser atingida, embora bases teóricas e didáticas sejam extremamente necessárias para metodologias que atinjam os objetivos propostos. Ademais, a progressão na carreira também está ausente, uma vez que, nos projetos desenvolvidos pela secretaria estadual, os docentes efetivos possuem prioridade. Além do silenciamento, há ausência de pertencimento. Os professores efetivos já possuem suas pautas de lutas e, os sindicatos realizam atividades que prioritariamente abarcam os efetivos. Na relação com os alunos, vivenciam alta rotatividade, situação que inviabiliza o processo formativo reflexivo e dialógico.

De fato, evidenciou-se que a profissão docente na contemporaneidade exige uma reestruturação que abrange tanto os processos de contratações quanto os de formação inicial e continuada dos professores. Embora os questionários online tenham sido utilizados como estratégia para registrar as percepções dos docentes sobre sua situação profissional, reconhece-se que a falta de tempo e as demandas excessivas de trabalho dificultaram uma comunicação mais direta e aprofundada. Além disso, esta dissertação também aponta para lacunas na literatura e na pesquisa sobre a situação dos professores temporários, sugerindo a necessidade de novos estudos que

possam aprofundar a compreensão das especificidades e dos desafios enfrentados por esses profissionais.

É importante salientar que o foco da busca abordou o estado do Rio Grande do Sul, uma vez que este trabalho buscou analisar especificamente o município de Rio Grande. Tal recorte justifica-se pela necessidade de mapear o referido regime de contratação nas diferentes regiões educacionais brasileiras. Somente através da análise de dados e da reflexão crítica sobre o impacto dessas novas formas de atuação docente será possível compreender as questões políticas e econômicas que baseiam esse novo cenário. Percebe-se, enfim, que esse panorama é vivenciado cotidianamente pelos professores temporários, que necessitam visualizar o problema em sua totalidade, considera-se de extrema relevância um olhar coletivo e uma ação conjunta dos sindicatos como um dos meios eficazes para vislumbrar um futuro positivo para a profissão docente.

Conforme dados obtidos no questionário de avaliação de satisfação docente, apesar das adversidades enfrentadas, uma parcela significativa dos professores expressa satisfação com a profissão e manifesta a intenção de permanecer nela. No entanto, a maioria reconhece a falta de valorização social da docência e aponta a baixa remuneração como um dos principais desafios para a continuidade e o desenvolvimento adequado de suas atividades profissionais.

Considera-se que essa forma de contratação afeta não apenas os vínculos entre docentes e instituições, mas também impacta negativamente o desempenho pedagógico e a motivação dos professores. A alta rotatividade e a falta de garantias trabalhistas geram uma sensação de precariedade constante, resultando em desafios para a construção de relações sólidas com alunos e colegas.

Além disso, esta dissertação aponta que a legislação vigente não tem sido eficaz para atenuar essas problemáticas, contribuindo para a perpetuação de um sistema que privilegia a flexibilização das relações de trabalho e desvaloriza a profissão docente. As políticas públicas de contratação precisam ser revistas com o propósito de assegurar melhores condições de trabalho, estabilidade profissional e valorização dos profissionais da educação.

Em síntese, a pesquisa reforça a necessidade urgente de políticas mais justas e transparentes no que se refere à contratação de professores temporários, bem como a importância de abrir espaços para que esses profissionais tenham voz ativa nos

debates sobre suas condições de trabalho. Esta dissertação contribui de forma significativa para o entendimento das dinâmicas envolvidas no regime de contratos temporários, oferecendo reflexões que podem servir como ponto de partida para investigações futuras que busquem soluções concretas para essa problemática. Os dados e análises apresentados servem como uma base inicial para pesquisas futuras sobre o regime de contratos temporários em outros municípios do Rio Grande do Sul e suas implicações para a educação pública, contribuindo para um entendimento mais aprofundado das questões estruturais que afetam a profissão docente no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. *In*: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 95-114.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal** [1979] Trad. Paulo Bezerra. 4 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 1998 [1975].
- BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Fraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p.47
- BASTOS, Aline Maria Dias. **Regime disciplinar do servidor público temporário**. 2014. 266 f. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, n.42, p.94-112, jun2011 - ISSN: 1676-2584, n. 42, p. 94 – 112, 06 2011.
- BORTOLAZZO, S. F. O Dilema das Plataformas e Redes Digitais: processos educativos, docência e neoliberalismo. **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 66, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/educacao.vi66.4613>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BRASIL. Leis e Decretos. Portaria Normativa n. 19 de 13 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2017a.
- BRASIL. PORTARIA Nº 83, DE 27 DE ABRIL DE 2022 - PORTARIA Nº 83, DE 27 DE ABRIL DE 2022 - DOU - **Imprensa Nacional-Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**.
- BRASIL. Lei n.º 8.429, de 02/06/92. **Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências**.
- BRASIL. Lei n.º 8.745, de 09/12/93. **Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências**.

BRASIL. Lei Estadual n.º 11.126, de 09/02/98. **Implanta Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui Programa de Avaliação da Produtividade Docente, dispõe sobre vencimento e dá outras providências.**

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Brasília, DF: Câmara Federal, 1990.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF : Inep, 2024. 105 p. : il. ISBN 978-65-5801-104-0 (online)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer n. 970, de 9 de novembro de 1999. **Curso Normal Superior e da habilitação para Magistério em Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental nos cursos de Pedagogia.** Brasília, DF: MEC/CNE, 1999. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

BRASIL. Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020.** Brasília: Inep, 2021a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020b.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência.** 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889.** Francisco Beltrão, PR: Ed. da UNIOESTE; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

DECRETO Nº 51.490, DE 19 DE MAIO DE 2014. (publicado no DOE nº 94, de 20 de maio de 2014) **Institui o Cadastro de Contratações Temporárias de Professores(as).** Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/legis/>

DECRETO Nº 56.680, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022. (publicado no DOE n.º 192, de 6 de outubro de 2022) **Altera o Decreto nº 51.490, de 19 de maio de 2014, que institui o Cadastro de Contratações Temporárias de Professores (as).**

DIJCK, José Van. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 1, p. 39–59, 2017.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

DE MENEZES NETO, E. J.; DE MORAIS, J. L. B. Análises computacionais preditivas como um novo biopoder: modificações do tempo na sociedade dos sensores. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí- (SC), v. 23, n. 3, p. 1129–1154, 2018. DOI: 10.14210/nej.v23n3.p1129-1154. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/13769>. Acesso em: 6 dez. 2024.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Institut international des droits de l'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?** Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão educativa? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n. 1, jan./jun. 1995.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 24 ago. 2024.

GODIM, F. S.; JOHANN, R. C. Neoliberalismo e Universidade Pública: reflexões acerca da desvalorização do ensino superior público. **Revista Aurora**, v. 14, n. 1, p. 85-100, Jan./Jun., 2021. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14n1.p85-100>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. 2021a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2021b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Relatório de autoavaliação institucional do IFRS – 2019. Bento Gonçalves, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica nº 10/2020/CGCQTI/DEED**. Assunto: A remuneração média dos docentes em exercício na educação básica: pareamento das bases de dados do Censo da Educação Básica e da RAIS. Brasília: Inep, 25 jun. 2020.

KOCH, Eliano Marcelino; RIPA, Roselaine. A educação e a barbárie dos dados: reflexões teórico-críticas sobre a plataformização do ensino no Brasil. **Anais CIET: Horizonte**, 2022.

MAGALHÃES, G.A. O desrespeito ao princípio da valorização do trabalho humano por meio da contratação temporária de servidores públicos. **Revista De Direito**

Administrativo, v.239,111-118,2005. Disponível em:
<https://doi.org/10.12660/rda.v239.2005.3860>. p.112 e 1170.

MAGRANI, E. A Internet das Coisas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.

MARQUES, M. Osório. **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: Editora Unijuí, 1996.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas, Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP & Editora Revan, 1998.

MENDES, M. A. C. **Profissão professor**: história e os desafios da formação. Educação, Escola e sociedade, v. 1, n. 1, p. 61 – 90, 12 2008.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Centro de Documentação e Disseminação de Informações Rio de Janeiro 2006

MOLL, E. da S.; FANTI, M. da G. C. D. O encontro de subjetividades no enunciado: apontamentos sobre alteridade e linguagem nos escritos do Círculo de Bakhtin. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 13, n. esp. (supl.), p. 1-16. 2021 e-ISSN: 1984-4301, v. 13, n. n. esp. (supl.),p. 1 – 16, 04 2021. ISSN 1984-4301. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2021.s.42540>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MOTA, Tatiane Eloise Furyama. **Tendências e perspectivas da permanência estudantil na UFMT: Entre a afirmação de direitos e a bolsificação de necessidades**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de PósGraduação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, p. 123. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GCUoFzrY0LDjlqdm-KFj4ImiF-HFUTE/view>

NETO, João Genaro Finamor. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a situação das professoras com vínculo de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2016.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2024). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: pesquisa TIC Domicílios, ano 2024.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. As noções bakhtinianas de linguagem e enunciado. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 56, n. 3, p. 453-464, set.-dez. 2021 e-ISSN: 1984-7726 |ISSN-L:0101-3335, v. 56, n. 3, p. 453 – 464, 12 2021.

PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo : Cortez, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Rio Grande, Cidade Histórica. 2021.

Disponível em: <<https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/rio-grande-2/#link>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Secretaria de Município da Educação (SMED). Plano Municipal de Educação 2015-2025. Rio Grande, 2015. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2015/06/20150621-pme_atualizado.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

RIBEIRO, P. B.; SOBRAL, A. Eu, o outro (Outro) e o vazio na constituição da representação identitária. **D.E.L.T.A.**, 37-1, 2021 (1-25): 2021370110, v. 37, n. 1, p. 1 – 25, 01 2021.

SANTOS, João Batista Silva dos. **Uma perspectiva da precarização dos professores temporários da educação básica no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SANTAELLA, L.; KAUFMAN, D. Os dados estão nos engolindo? **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, 2021 21(2), 214–223. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39640>.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, 1-26, e4533133, jan./dez.2020. ISSN1982-7199|DOI:<http://dx.doi.org/10.14244/198271994533>

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E.H.E. Mundialização da educação superior: notas sobre economia, produção de conhecimento e impactos na sociedade civil. **Trabalho & Educação** |v.28| n.3|p.35-49|set-dez| 2019

SOBRAL, A. O ato “responsável”, ou ato ético, em Bakhtin, e a centralidade do agente. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 11/1, p. 219-235, jul. 2008, v. 11, n. 1, p. 219 –235, 07- 2008.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. A Concepção Dialógica e os dois planos da linguagem e da constituição do Sujeito: Algumas Considerações. **NONADA: letras em revista**, v.3, p.204-223, 2015.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Por Uma Proposta de Educação Dialógica Alteritária. **LÍNGUAS & LETRAS (ONLINE)**, v.21, p.7 - 27, 2020.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. O que é trabalhar textos da perspectiva da Enunciação: uma proposta teórico-prática. **Domínios de Lingu@gem** | Uberlândia | vol. 18| e1823|2024 ISSN: 1980-5799

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Comentários sobre o Círculo de Bakhtin e Vygotsky para uma concepção dialógica de educação. **Percursos Linguísticos**, v.8, p.12 - 27, 2018b.

SOUSA NETO, M. F. D. O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor. **Cad. Cedes**, Campinas., v. 25, n. 66, p. 249 – 259, 08 2005.

Silva N do V, Hasenbalg C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, 43(3):p.423–45, 2000. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300001>

TRÓPIA, P. V. O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 49, p. 1, 2009.

UNESCO. **Professores do Brasil**: impasses e desafios / Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. – Brasília: UNESCO, 2009.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WALL, M. The Platform Society: Public Values in a Connective World. New York: Oxford University Press, 2018.

VASCONCELOS, G. P. D. Signo ideológico, subjetividade e discurso de outrem: um estudo sobre a teoria enunciativa de bakhtin e o círculo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli** | v.2., n.1., jun. 2013, p. 50-66., v. 2, n. 1, p. 50 –66, 06 2013.

VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2021.

VOLOCHÍNOV, V.N. Que é a linguagem? *In*: Volochínov, V.N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p.138.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1125 – 1154, 12 2003.

APÊNDICE

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

Caros colegas,

Venho por meio deste questionário solicitar a colaboração de vocês para o projeto de pesquisa que estou desenvolvendo como parte do Mestrado na FURG. O foco dessa pesquisa é analisar as condições de trabalho dos professores contratados por meio de vínculo empregatício temporário no município de Rio Grande. A pesquisa, intitulada "O impacto dos contra(atos) temporários na formação docente de professores no Município de Rio Grande", tem como objetivo realizar uma investigação qualitativa abrangendo o período de 2018 a 2024.

A participação de vocês é essencial para a construção dessa pesquisa, e suas respostas serão fundamentais para compreendermos melhor a realidade dos profissionais envolvidos. Agradeço antecipadamente por dedicarem um pouco do seu tempo para responder ao questionário.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Idade *

2. Identificação de gênero: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outro

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

3. Tempo de atuação na SEDUC-RS: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 ano
- ☐ 2 anos
- ☐ + 5 anos
- ☐ +10 anos

4. Série que leciona: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Educação Infantil
- ☐ Ensino Fundamental - Anos Iniciais
- ☐ Ensino Fundamental - Anos Finais
- ☐ Ensino Médio
- ☐ EJA

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

5. Disciplina que leciona: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Português
- ☐ Matemática
- ☐ História
- ☐ Geografia
- ☐ Ciências
- ☐ Educação Física
- ☐ Artes Visuais
- ☐ Inglês
- ☐ Espanhol
- ☐ Projeto de Vida
- ☐ Religião
- ☐ Filosofia
- ☐ Sociologia
- ☐ Trilhas

6. Nome da escola: *

7. Experiência anterior como docente: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

8. Já atuou na rede particular: *

Marcar apenas uma oval.☐ Sim☐ Não

9. Já finalizou a graduação? *

Marcar apenas uma oval.☐ SIM☐ Não

10. Em instituição pública ou privada: *

11. Ano de conclusão: *

12. Curso de formação continuada: *

Marcar apenas uma oval.☐ Sim☐ Não

13. Pós-graduação? *

Marcar apenas uma oval.☐ Sim☐ Não

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

14. Participou de projetos de iniciação à docência durante a graduação: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

15. Realização de estágio de final de curso: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

16. Número de graduações: *

Marcar apenas uma oval.

☐ 1

☐ 2

☐ 3

17. Possui cursos em áreas diversas da licenciatura: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

18. Qual foi a principal motivação que o(a) levou a escolher a docência: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Vocação
- ☐ Oportunidades profissionais
- ☐ Reprovação em outro curso
- ☐ Outro

19. Nos seus primeiros anos de atuação como docente, sente-se: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Realizado(a) profissionalmente
- ☐ Satisfeito
- ☐ Insatisfeito

20. Na minha escola, quanto à equipe diretiva, sinto-me: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Acolhido(a)
- ☐ Distante

21. Na minha escola, quanto ao quadro docente, sinto-me: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Participativo(a)
- ☐ Distanciado(a)

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

22. Na minha escola, quanto aos alunos, sou tratada(o) com: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Afetividade

☐ Indiferença

23. Em relação ao espaço físico do seu ambiente de trabalho, considera a estrutura: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Ótima/boa

☐ Mediana

☐ Péssimas condições de trabalho

24. Sinto-me em sala de aula, quanto ao conteúdo: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Seguro(a)

☐ Inseguro(a)

25. Qual o seu nível de conhecimento da BNCC: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Total

☐ Mediano

☐ Nenhum

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

26. Participou de alguma formação continuada realizada pela SEDUC-RS relacionada à BNCC: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

27. Se sim, foi relevante para suas atividades pedagógicas: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

28. Realiza pesquisas de planos de aula prontos disponibilizados na internet: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

29. **INDIQUE O QUANTO VOCÊ CONCORDA** ★
EM RELAÇÃO ÀS SEGUINTE AFIRMAÇÕES SOBRE O SEU TRABALHO COMO
PROFESSOR(A) :

Marque todas que se aplicam.

	Concordo	Discordo	Concordo parcialmente
Tornar-me professor(a) foi a realização de um dos meus sonhos.	☐	☐	☐
A profissão de professor(a) é valorizada pela sociedade.	☐	☐	☐
As vantagens de ser professor(a) superam claramente as desvantagens.	☐	☐	☐
No geral, estou satisfeito com o meu trabalho de professor(a).	☐	☐	☐
Tenho vontade de desistir da profissão	☐	☐	☐

30. Em quantas escolas você trabalha? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Em 1 escola
- ☐ Em 2 escolas
- ☐ Em duas escolas ou mais

31. INDIQUE OS RECURSOS QUE VOCÊ NORMALMENTE USA EM SUA(S) ESCOLAS: *

Marque todas que se aplicam.

	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3
Livro didático.	☐	☐	☐
Projektor multimídia (datashow).	☐	☐	☐
Computador (de mesa, portátil, tablet).	☐	☐	☐
Internet	☐	☐	☐

32. AO TODO, QUANTAS HORAS-AULA VOCÊ MINISTRA POR SEMANA? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 20 horas- aula.
- ☐ 30 horas-aula
- ☐ 40 horas - aula.
- ☐ Mais de 40 horas- aula.

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

33. QUAL É A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estatutário
- ☐ CLT
- ☐ Contrato Temporário

34. Você foi agredido verbalmente por algum aluno? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

35. COMO VOCÊ CONSIDERA O(S) LIVRO(S) DIDÁTICO(S) UTILIZADO(S) NA(S) DISCIPLINA(S) QUE VOCÊ MINISTRA *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótimo/bom
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Não se aplica

36. Você está satisfeito(a) com sua faixa salarial: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Satisfeito(a)
- ☐ Insatisfeito(a)
- ☐ Totalmente insatisfeito(a).

11/12/2024, 15:33

Análise de satisfação dos docentes em regime de contrato temporário.

37. Quais dessas opções é a mais difícil de lidar em relação ao seu trabalho: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Faixa salarial
- ☐ Relacionamento com os alunos
- ☐ Horas-aula
- ☐ Equipe diretiva

38. Quer dizer mais alguma coisa? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários